

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Curso C-PEM/92

Partido -

Solução do P-III-4 (Mo) MONOGRAFIA

Apresentada por

ÁLVARO AUGUSTO DIAS MONTEIRO

CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA (FN)

NOME E POSTO

TRABALHO AVALIADO PELA EON  
AVALIAÇÃO: *Acabou*  
MENÇÃO: *Muito Bom*

*[Signature]*  
Capitão-de-Mar-e-Guerra  
Encarregado do C-PEM



*68*

RIO DE JANEIRO

19.92

603 100932

6-F-3  
ex. 2

TEMA: A ESTRATEGIA NAVAL BRASILEIRA



Tópicos a abordar: Aspectos históricos.  
- A ESTRATEGIA NAVAL BRASILEIRA -

... das dos setenta e dos oitenta.  
A estratégia naval brasileira nos  
próximos dez anos; visão prospectiva  
da atuação da MB em tempo de paz e em  
épocas de crise e guerra.

ÁLVARO AUGUSTO DIAS MONTEIRO  
Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN)

PROPOSIÇÃO: Analisar a evolução da estratégia naval bra-  
sileira, com ênfase nas décadas dos setenta  
e dos oitenta e identificar os fatores que  
condicionaram sua formulação. Retificar a at-  
uação da Marinha do Brasil nos períodos de  
paz e em épocas de crise e de guerra, a fim



MINISTÉRIO DA MARINHA  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

para o respa: 1992  
Naval brasileiro qu  
da dessa estratégi

CAD ALERLO

66533

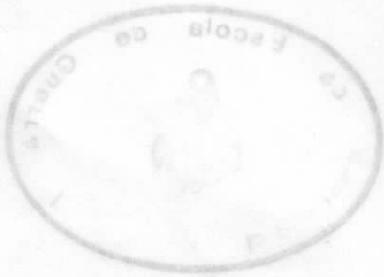
EXEMPLAR

100335



A ESTRATEGIA NAVAL BRASILEIRA -

ALVARO AUGUSTO DIAS MONTEIRO  
Capitão-de-Mar-e-Guerra (RN)



MINISTERIO DA MARINHA

ESCOLA DE GUERRA

1992

**Prezado Leitor**

Ao retirar o material bibliográfico, você se torna responsável por ele. Esperamos que faça bom uso e que tenha cuidado, pois se houver qualquer dano ou extravio do mesmo, você será o responsável pela reposição.

Monteiro, Álvaro Augusto Dias.

A estratégia naval brasileira. - Rio de Janeiro: EGN, 1987.

TEMA: A ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA

Bibliografia.

Monografia: C-PEN, 1987

1. Estratégia. 2. Marinha. 3. Poder Naval. 4. Brasil.

Tópicos a abordar: Aspectos históricos.

A estratégia naval brasileira nas décadas dos setenta e dos oitenta.

A estratégia naval brasileira nos

próximos dez anos; visão prospectiva

da atuação da MB em tempo de paz e em

épocas de crise e guerra.

Sugestões para o reaparelhamento e o

preparo das Forças Navais brasilei-

ras.

PROPOSIÇÃO: Analisar a evolução da estratégia naval bra-

sileira, com ênfase nas décadas dos setenta

e dos oitenta e identificar os fatores que

condicionaram sua formulação. Estimar a atu-

ação da Marinha do Brasil, nos possíveis ce-

nários de interesse para o país, em tempo de

paz e em épocas de crise e de guerra, a fim

de formular uma estratégia naval brasileira

para os próximos dez anos. Propor sugestões

para o reaparelhamento e o preparo do Poder

Naval brasileiro que possibilitem a consecução

dessa estratégia.

Monteiro, Álvaro Augusto Dias.

A estratégia naval brasileira. - Rio de Janeiro: EGN, 1992.

54 p.

Bibliografia.

Monografia: C-PEM, 1992.

1. Estratégia. 2. Marinha. 3. Poder Naval. I. Brasil. Escola de Guerra Naval. II. Título.

#### EXTRATO

O autor pretende apresentar uma estratégia naval para a Marinha do Brasil (MB) nos próximos dez anos.

Para tanto, inicia o trabalho analisando a evolução da estratégia naval brasileira, visando a identificar os fatores que condicionaram sua formulação.

Posteriormente, descreve, sumariamente, a conjuntura internacional e debate a posição do Brasil dentro dela, com o intuito de inferir os possíveis cenários de interesse para o Brasil, nas situações de paz, guerra ou crise.

A partir dos cenários identificados, estima a possível atuação da MB em cada um deles, a fim de formular uma estratégia naval brasileira.

Tendo em vista a concepção estratégica formulada e considerando as dificuldades financeiras previstas para os próximos dez anos, apresenta sugestões para o reaparelhamento e o preparo da MB que possibilitem sua consecução.

# ÍNDICE

	FOLHA
Introdução.....	V
CAPÍTULO 1 - A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA..	1
- SEÇÃO I - DA INDEPENDÊNCIA AO FIM DA 2ª GUERRA	
Estratégia Naval MUNDIAL.....	1
A Marinha no Império.....	1
Da República ao fim da 2ª Guerra Mundial.....	10
- SEÇÃO II - DA 2ª GUERRA MUNDIAL AOS NOSSOS DIAS...	19
Da 2ª Guerra Mundial à denúncia do Acordo Militar.....	19
Da denúncia do Acordo Militar até nossos dias.....	29
CAPÍTULO 2 - ATUAÇÃO DA MB NOS POSSÍVEIS CENÁRIOS DE INTERESSE.....	33
- SEÇÃO I - O BRASIL E O CONTEXTO INTERNACIONAL....	33
O contexto internacional.....	33
A posição brasileira.....	35
- SEÇÃO II - OS CENÁRIOS DE INTERESSE E A ATUAÇÃO DA MB.....	37
Os cenários de interesse.....	37
A atuação da MB.....	38
CAPÍTULO 3 - A ESTRATÉGIA NAVAL DA MB NOS PRÓXIMOS DEZ ANOS - SUGESTÕES PARA SEU REAPARELHAMENTO E PREPARO.....	41
A estratégia naval.....	41
O reaparelhamento .....	45
O preparo.....	50
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES.....	52
ANEXO A - PROGRAMAS NAVAIS MENCIONADOS.....	A-1
BIBLIOGRAFIA.....	A-5

caso seja feita sob o enfoque dos fatos históricos que condicionaram sua formulação.

Assim, primeiramente, será desenvolvida uma análise da evolução da estratégia naval brasileira, procurando associá-la com o desenrolar das circunstâncias históricas, a fim de identificar os fatores que condicionaram sua formulação.

Posteriormente, com o intuito de sugerir uma estratégia

naval para os próximos INTRODUÇÃO a posição brasileira, no contexto da conjuntura internacional e da sua realidade

E por acaso a Marinha tem estratégia?

Essa inquietante indagação eu ouvi de um companheiro quando com ele conversava sobre o interesse que o tema - A Estratégia Naval Brasileira - me despertara.

Tal dúvida, que, como pude, posteriormente, perceber, não é exclusiva desse companheiro, motivou-me, decisivamente, a optar pelo tema mencionado, pois não creio ter sido possível à Marinha do Brasil vencer todas as guerras que enfrentou e participar, de forma marcante, em diversos eventos da nossa História, sem ter uma concepção estratégica que orientasse seu desenvolvimento.

É óbvio que hoje, distantes dos fatos históricos, podemos considerar equivocada tal concepção, ou, até mesmo julgá-la inexistente. Entretanto, é necessário ter em mente que só a identificação e a análise dos fatores que levaram à formulação da estratégia naval brasileira, nas diferentes fases da nossa História, permitirão avaliá-la corretamente.

Portanto, qualquer apreciação sobre a estratégia naval brasileira, propósito maior deste trabalho, só tem sentido caso seja feita sob o enfoque dos fatos históricos que condicionaram sua formulação.

Assim, primeiramente, será desenvolvida uma análise da evolução da estratégia naval brasileira, procurando associá-la com o desenrolar das circunstâncias históricas, a fim de identificar os fatores que condicionaram sua formulação.

Posteriormente, com o intuito de sugerir uma estratégia

naval para os próximos dez anos, a posição brasileira, no contexto da conjuntura internacional e da sua realidade econômica, será examinada, visando a identificar os fatores que hoje, à semelhança do passado, irão condicionar a formulação da estratégia naval, que, por sua vez, poderá, no futuro, vir a ser questionada ou considerada equivocada.

Finalmente, serão apresentadas sugestões para o reaparelhamento e o preparo da MB que possibilitem a consecução da estratégia sugerida.

Finalmente, serão apresentadas sugestões para o reaparelhamento e o preparo da MB que possibilitem a consecução da estratégia sugerida.

José Bonifácio, que tivera a oportunidade de observar a atuação da marinha britânica nas guerras napoleônicas<sup>1</sup>, compreendia que só uma marinha de guerra reuniria as características necessárias para assegurar a integridade do Império. Assim, com os navios tomados aos portugueses, organizou o núcleo da Esquadra Brasileira. Paralelamente, levantou recursos que possibilitaram reparar os navios confiscados e adquirir outros, enquanto que, na Inglaterra, Caldeira Brandt realizava gestões para contratar pessoal capaz de guarnecê-los.

Não houve tempo, portanto, para análises estratégicas. Os navios foram aqueles que se puderam obter, e seu emprego

<sup>1</sup> José Bonifácio, sob as ordens do Marechal Beresford, combateu as tropas napoleônicas que invadiram Portugal, integrando o Corpo Militar Acadêmico (47:46).

foi fruto da necessidade de CAPÍTULO 1 de suas tripulações.

Isso porque, já a 14 de novembro de 1822, sob o comando  
A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL BRASILEIRA  
de David Jewett, a primeira força naval brasileira a ostentar

o SEÇÃO I - DA INDEPENDÊNCIA AO FIM DA 2ª GUERRA MUNDIAL a  
rebelião surgida na Província Cisplatina (30:68).

A Marinha no Império - a Marinha do Brasil (MB) nasceu  
No dia 30 de março de 1823, Lord Cochrane demandou Sal-  
vador a Independência. A necessidade vital de consolidá-la,  
vador com ordens de pôr aquele porto em rigoroso bloqueio,  
mantendo a integridade do Império, que corria risco de frag-  
destruindo ou tomando todas as forças portuguesas que encon-  
mentar-se, foi seu primeiro fator condicionante. Para neu-  
tralizar esse risco, seria necessária uma força bélica capaz  
império" (30:71). Após cumprir sua missão em Salvador, Co-  
de deslocar-se, rapidamente, para concentrar seu poder nos  
chance rumou para o Maranhão, a fim de pacificar aquela pro-  
locais de resistência espalhados ao longo do litoral, já que  
vinha. A seguir, enviou Grenfell a Belém, onde, novamente  
só as regiões de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo  
com sucesso, a Independência é assegurada.  
eram, naquele momento, leais ao Imperador.

Em 3 de março de 1824, Grenfell suspendeu do Pará, com  
José Bonifácio, que tivera a oportunidade de observar a  
destino ao Rio de Janeiro, onde já se encontrava Cochrane.  
atuação da marinha britânica nas guerras napoleônicas<sup>1</sup>, com-  
deade a véspera, com a saída das tropas portuguesas da Cis-  
preendia que só uma marinha de guerra reuniria as caracte-  
piatina, a autoridade imperial era acatada em todo o País.  
rísticas necessárias para assegurar a integridade do Impé-  
rio. Assim, com os navios tomados aos portugueses, organizou  
disperação imposta a seus limitados meios mostra a convergên-  
o núcleo da Esquadra Brasileira. Paralelamente, levantou re-  
ra da tarefa que lhe fora atribuída. Muito mais significati-  
cursos que possibilitaram reparar os navios confiscados e  
va, porém, foi a herança que aqueles marinheiros deixaram ao  
adquirir outros, enquanto que, na Inglaterra, Caldeira Bran-  
gerações futuras - um País continental.  
dt realizava gestões para contratar pessoal capaz de guarne-  
Na Guerra da Independência, o bloqueio foi a concepção  
cê-los.

estratégias dominante. Algumas ações de desgaste foram rea-  
Não houve tempo, portanto, para análises estratégicas.  
lixadas, em especial, as da Niterói, arvorando o pavilhão de  
Os navios foram aqueles que se puderam obter, e seu emprego  
Taylor, no seu memorável cruzeiro de perseguição às forças

portu<sup>1</sup>José Bonifácio, sob as ordens do Marechal Beresford,  
combateu as tropas napoleônicas que invadiram Portugal,  
integrando o Corpo Militar Acadêmico (47:48).ava, o mais tarde

foi fruto da necessidade e do talento de suas tripulações.

Isso porque, já a 14 de novembro de 1822, sob o comando de Davis Jewet, a primeira força naval brasileira a ostentar o pavilhão imperial rumou para o Sul, a fim de debelar a rebelião surgida na Província Cisplatina (30:68).

No dia 30 de março de 1823, Lord Cochrane demandou Salvador com ordens de "pôr aquele porto em rigoroso bloqueio, destruindo ou tomando todas as forças portuguesas que encontrasse e fazendo todos os danos possíveis aos inimigos do império" (30:71). Após cumprir sua missão em Salvador, Cochrane rumou para o Maranhão, a fim de pacificar aquela província. A seguir, enviou Grenfell a Belém, onde, novamente com sucesso, a Independência é assegurada.

Em 3 de março de 1824, Grenfell suspendeu do Pará, com destino ao Rio de Janeiro, onde já se encontrava Cochrane. Desde a véspera, com a saída das tropas portuguesas da Cisplatina, a autoridade imperial era acatada em todo o País.

Malgrado o imprevisto, a Marinha cumprira a missão. A dispersão imposta a seus limitados meios mostra a envergadura da tarefa que lhe fora atribuída. Muito mais significativa, porém, foi a herança que aqueles marinheiros deixaram às gerações futuras - um país continental.

Na Guerra da Independência, o bloqueio foi a concepção estratégica dominante. Algumas ações de desgaste foram realizadas, em especial, as da Niterói, arvorando o pavilhão de Taylor, no seu memorável cruzeiro de perseguição às forças portuguesas expulsas da Bahia. Na sua tripulação, como simples voluntário praticante de piloto, figurava, o mais tarde

legendário, Marquês de Tamandaré. Enquanto garantia nossa integridade territorial, a MB formava uma oficialidade naval brasileira, capaz de substituir os britânicos com o mesmo brilhantismo e entusiasmo.

Ao despedir-se da MB, em 1825, Cochrane apresentou, a título de sugestão, diretrizes para uma política naval, baseadas na pressuposição de que, se o Brasil viesse a travar guerras, essas seriam de caráter defensivo e limitadas à área sul-americana do Atlântico Sul. Tais diretrizes podem ser consideradas como a primeira tentativa de se formular uma estratégia naval brasileira; nelas destacam-se as seguintes recomendações:

a) emprego preferencial de armamento concentrado, de grosso calibre, ao invés de peças menores, em grande número; e

b) nacionalização, apenas parcial no início, da construção de barcos de tecnologia avançada (11:10).

Nessas recomendações, Cochrane aborda dois aspectos essenciais: o equilíbrio que deve haver entre a qualidade e a quantidade dos meios (equação, até hoje, de difícil solução) e a necessidade de nacionalizá-los, ainda que parcialmente.

A tentativa das Províncias Reunidas do Rio da Prata de anexar a Província Cisplatina, em 1825, levou o Brasil à guerra contra aquele país. Dentro do enfoque geopolítico herdado de Portugal, não seria aceitável ceder o domínio exclusivo do Rio da Prata àquelas Províncias. A MB viu-se, assim, envolvida num conflito, muito mais por interesses externos da Nação, do que propriamente pela manutenção de sua

integridade territorial, visto que não havia laços histórico-culturais significativos unindo a Província Cisplatina ao Brasil. Contudo, após a Guerra da Cisplatina, a Nação julgou que a MB empenhou-se, profundamente, nesse conflito. Bloqueou a foz do Rio da Prata, estendeu sua ação ao norte da Patagônia, em busca dos corsários que ameaçavam nosso tráfego marítimo, e travou inúmeras escaramuças com a armada argentina de Brown. Apesar de alguns reveses, como o da expedição à Patagônia, sua ação resultou preponderante.

Em 1828, sob os auspícios da Grã-Bretanha (que também não via com bons olhos o domínio do Prata por um único país), foi assinada a paz. Brasil e Argentina renunciaram às suas pretensões na Cisplatina, que passou a constituir um estado independente, com o nome de República Oriental do Uruguai.

A estratégia naval brasileira na Guerra da Cisplatina foi fortemente condicionada pelo cenário das ações, que impunha sensíveis restrições à atuação dos nossos navios, inadequados, em face do seu calado, para operar no estuário do Prata. Isso proporcionou a Brown uma liberdade de manobra muito superior àquela que o valor de seu poder naval poderia indicar.

Ao terminar a Guerra da Cisplatina, tínhamos, em serviço ativo, 76 vasos com 975 peças de artilharia. Em reparos, outros dezesseis e, em construção, mais nove navios, que deveriam ser artilhados com 260 peças. "Era o mais alto grau de poderio que atingia a nossa marinha, durante o período de navegação a vela, tanto pelo número como pelo valor das

unidades que a constituíam" (30:120). Em menos de uma década, a MB atingira zênite invulgar. Contudo, após a Guerra da Cisplatina, a Nação julgou que poderia prescindir de um poder naval adequado. Erro que, lamentavelmente, voltaria a cometer outras vezes, ao longo de sua história.

Antevendo o equívoco, o Ministro Melo e Alvim, diante do descaso do Congresso em relação aos problemas da Pasta Naval, assim encerrou seu relatório de 1829:

"Tendo a Nação conseguido, através dos males produzidos pela guerra argentina, o grande bem de possuir atualmente uma marinha respeitável, tanto pelo número e qualidade dos vasos que a compõem como pela quantidade de marinheiros e soldados aguerridos, ... seria, digo, um terrível exemplo de ingratitude nacional, entregar ao desprezo, ao abandono, um tão benemérito, tão necessário e poderoso agente da Força pública." (30:124).

A situação agravou-se com a renúncia do Imperador. O Império entrou num período de revoltas e convulsões, que, para serem debeladas, exigiram grande esforço e trabalho, além de sacrifícios de vidas, dinheiro e material bélico. Tratando de domar essas convulsões, viveram-se anos de introspecção política, que levaram as forças armadas, inclusive a MB, a olhar apenas para dentro do País.

Embora a Marinha tivesse cumprido, com eficiência, seu papel de instrumento de política interna, não é essa a função que contribui para o progresso do poder naval de qualquer país. Para transportar tropas que devem debelar rebeliões e prover-lhes apoio de fogo, não se fazem necessários meios modernos, pois desaparece um dos mais poderosos estímulos à modernização e ao avanço tecnológico - a necessidade

de superar um inimigo tecnicamente bem dotado (35:12).

A partir de 1850, a estabilização política possibilitou ao Brasil atentar para o campo externo, no qual os seguintes objetivos principais eram identificados: a) impedir a interferência da Grã-Bretanha na questão do tráfico negreiro<sup>2</sup>; e b) impedir a reconstituição do Vice-Reinado do Prata.

Para alcançar, com êxito, esses objetivos, seria indispensável o apoio de um poder naval que o Brasil já não mais possuía. Havia necessidade, portanto, de reconstruí-lo.

Dessa feita, porém, a empreitada seria mais difícil. Diferentemente da época da Independência, não bastava ter apenas bons marceneiros navais para se construir um navio. A tecnologia naval desenvolvera-se; o vapor, o hélice, o ferro, o aço, os canhões raiados de retrocarga, os torpedos e os projetis com carga explosiva compunham um elenco de inovações tecnológicas que não acompanháramos. Nós, que construíramos ou reformáramos nossos navios, tivemos que recorrer ao exterior para incorporar, entre 1850 e 1860, cerca de 20 navios de madeira, propulsados a vapor, com rodas laterais (35:18). Ficava difícil improvisar o poder naval.

Todavia, em virtude dos estímulos recebidos, foi possível, paralelamente à aquisição de meios no exterior, desen-

<sup>2</sup>Interferência que se tornara insultuosa após a promulgação, em 1845, do "Bill Aberdeen", ato do parlamento britânico que declarava lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico negreiro e sujeitava os infratores a julgamento nos tribunais do Almirantado (46:12).

volver esforços no sentido de dominar, com limitações, alguns desses avanços tecnológicos. Esforços que, com poucas exceções, foram concentrados no Arsenal da Corte, então o único capaz de responder a tal desafio. A reconstrução do poder naval possibilitou que a MB enfrentasse, com êxito, os conflitos externos que se sucederam. O primeiro deles, a guerra contra Oribe e Rosas. Nessa campanha, a MB não recebeu missão muito diferente da que lhe fora atribuída na Guerra da Cisplatina - bloqueio naval e apoio às operações em terra. Entretanto, se, já naquela guerra, os navios encontraram dificuldades para manobrar no estuário do Prata, dessa feita tiveram que subir o Rio Paraná para garantir sua livre navegação; havia necessidade de superar os passos, especialmente o de Tonelero, que só foi vencido em virtude da ação dos vapores Dom Afonso, Dom Pedro, Pedro II e Paraense, os dois últimos construídos no Brasil.

Tonelero foi a primeira ação da esquadra brasileira em que navios a vapor tomaram parte. Seu sucesso dissipou os preconceitos, ainda existentes, contra esses navios. A inadequabilidade do poder naval brasileiro às operações na Bacia do Prata ficou comprovada quando, em 1855, os navios da expedição diplomática do Almirante Pedro Ferreira de Oliveira ao Paraguai não conseguiram ultrapassar Corrientes<sup>3</sup>, o que, de certa forma, estimulou a incorporação, entre 1858 e 1864, de doze canhoneiras mistas apropriadas à

<sup>3</sup>Apenas o pequeno vapor no qual o chefe da missão viajava chegou a Assunção (51:25).

navegação fluvial, construídas na Inglaterra. Contudo, a incorporação das canhoneiras não resolveu o problema estratégico imposto à MB pela nossa política externa - manter, simultaneamente, uma flotilha capaz de atuar, com desenvoltura, em águas interiores e uma capacidade oceânica que salvaguardasse os interesses marítimos brasileiros.

A necessidade de meios oceânicos adequados já ficara patente quando não conseguimos impedir a ação insultuosa dos navios britânicos que combatiam o tráfico negreiro. Em 1863, foi novamente evidenciada quando fomos incapazes de reagir à humilhação imposta pelos navios do Almirante Warren, por ocasião da questão Christie.

O programa naval proposto pelo Ministro da Marinha, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em maio de 1864, ao limitar o calado dos navios encouraçados, procurava, certamente, resolver o problema com navios que atendessem aos requisitos dos dois empregos.

Em agosto desse mesmo ano, teve início a Campanha da Banda Oriental, cujo desfecho seguiu-se à Guerra do Paraguai. A partir de então, os esforços desenvolvidos visaram a superar as dificuldades dessa guerra, visto que, no seu limiar, o poder naval brasileiro não se encontrava em condições de desenvolver o tipo de operações que seriam necessárias.

Guardadas as proporções, as tarefas atribuídas à MB foram semelhantes às recebidas nos conflitos anteriores: bloqueio aos portos inimigos, manutenção da livre navegação dos rios e apoio às ações em terra.

Em cumprimento à sua missão, a MB, tanto em Riachuelo como em Humaitá, deu provas de maturidade, profissionalismo e desprendimento no cumprimento do dever. Em Riachuelo, a audácia e o arrojo de Barroso protagonizaram um exemplo clássico de batalha decisiva, na qual o poder naval inimigo é destruído (como Mahan, posteriormente, definiu). Já Humaitá caracterizou a ação principal, conforme define Clausewitz, aquela que concorre para o fim da guerra.

A Guerra do Paraguai influiu, sobremaneira, no progresso do poder naval brasileiro. Ao seu final, ainda que seus meios fossem condicionados pelo cenário onde se desenvolveu, a MB atingira posição internacional de destaque.

O plano proposto, em 1968, para reorganizar as forças navais do Império previa meios que possibilitariam à MB desenvolver, sem prejuízo de seu desempenho fluvial, uma capacidade oceânica que lhe permitiria atuar nas áreas marítimas de interesse. Esse plano previa a construção de navios em quatro categorias voltadas para empregos específicos e refletia a concepção estratégica da MB, consolidada em meio à Guerra do Paraguai, que visava a atender, adequadamente, aos ditames de nossa política externa.

Entretanto, após a guerra, a MB sofreu, novamente, o descaso da Nação. A consolidação político-nacional da Argentina e do Uruguai tornara remota a reconstituição do Vice-Reinado do Prata, e os problemas marítimos com a Inglaterra haviam sido resolvidos com a extinção do tráfico negreiro. Tal quadro parecia demonstrar que o Brasil viveria um período no qual seria inviável empregar as forças armadas como

instrumento de sua política externa. Em conseqüência, a MB entrou em declínio.

Em contrapartida, aproveitando o progresso econômico que a Guerra do Paraguai lhe trouxera, a Argentina inicia uma reorganização na sua marinha, que vai possibilitar-lhe romper o monopólio do poder naval das nações sul-americanas, que sempre pertencera ao Brasil (35:27). A partir de então, o poder naval argentino passa a constituir um dos fatores condicionantes da estratégia naval brasileira. (4)

Por sinal, o agravamento das relações com a Argentina, por volta de 1880, devido a questões ligadas ao território das missões, proporcionou à MB pequeno surto de desenvolvimento, com a incorporação dos encouraçados Riachuelo, em 1884, e Aquidabã em 1885 (ambos construídos no estrangeiro). Creio que esse fato deve ter contribuído, também, para a organização, em 1884, da Esquadra de Evoluções, que constituiu, até 1885 quando foi dissolvida, "a mais poderosa que até então se havia reunido, em tempo de paz, sob um comando único" (30:251).

Entrementes, o Arsenal da Corte caminhava para total decadência. Após o lançamento do Tamandaré, maior navio já construído no Brasil, com 4.537 toneladas, em 1890, já na República, cessaria suas atividades por longo período.

Da República ao fim da 2ª Guerra Mundial - dentre as estratégias que o orientou: a concepção de esquadra de batalha, onde os cruzadores-couraçados dariam o primeiro combate. Armada, em 1893, foi sobremaneira funesta para a MB, que a esquadra inimiga, com o intuito de desgastá-la para a ação dela saiu derrotada militar e politicamente. Ao seu término, final, a cargo dos encouraçados, a concepção da "Jeune

os melhores quadros da MB tinham desaparecido ou encontravam-se em funções irrelevantes. Ao chegar o ano de 1903, a MB contava com não mais que dez navios de guerra com algum valor militar, poder naval bastante inferior ao que apresentavam Argentina e Chile (34:5).

Todavia, o período de prosperidade que o Brasil experimentou a partir de 1902 possibilitou um surto de desenvolvimento em todos os campos de atividades governamentais, no qual a Marinha não constituiu exceção.

As idéias de Mahan sobre a importância do poder marítimo estavam em voga, e o Barão de Rio Branco, que assumira o Ministério do Exterior, apoiava o soerguimento da Marinha para respaldar suas iniciativas diplomáticas. "Rio Branco compreendia a essencialidade do poder naval para a realização de uma efetiva política externa" (35:43).

Visando a soerguer a MB, foi delineado, em 1904, por Júlio de Noronha, Ministro da Marinha, um programa de renovação, que contava, entre outros, com os seguintes meios: três couraçados de 12.500t a 13.000t, três cruzadores-couraçados de 9.200t a 9.700t, seis caça-torpedeiros de 400t, seis torpedeiros de 130t, seis torpedeiros de porto de 50t, três submersíveis, e um navio carvoeiro (8:8).

A análise dos meios previstos no programa possibilita concluir que duas vertentes se encontravam embutidas na estratégia que o orientou: a concepção de esquadra de batalha, onde os cruzadores-couraçados dariam o primeiro combate à esquadra inimiga, com o intuito de desgastá-la para a ação final, a cargo dos encouraçados, e a concepção da "Jeune

École" representada pela "poeira naval" presente. que o Brasil  
Júlio de Noronha, buscando o equilíbrio entre a quali-  
dade e a quantidade, procurou organizar uma esquadra balan-  
ceada, que não se concentrasse num pequeno número de navios  
poderosos. Pretendeu, também, fugir da "fascinadora ambição  
de construir navios individualmente mais poderosos que os  
das [marinhas] contendoras prováveis" (8:5). Todos os navios  
seriam construídos no estrangeiro, o que demonstra a total  
incapacidade técnica em que se encontrava o Arsenal de Mari-  
nha. Por isso, o programa também previa a construção de um  
arsenal perfeitamente aparelhado e do porto militar em que  
devia ser instalado (8:8).

Júlio de Noronha pretendia adquirir navios compatíveis  
com a realidade nacional. Mesmo assim, quando da aprovação  
do programa, na Câmara dos Deputados, a questão dos recursos  
foi suscitada pelo deputado Soares dos Santos. Na defesa do  
programa, assim concluiu o deputado Galeão Carvalho: parece

melhor que a de aplicação do programa de 1904" (51:80).

"...a não se dar a hipótese inverossímil do Brasil  
retrogradar, quando justamente o contrário é que deve  
suceder, espero que uma boa arrecadação e uma adminis-  
tração severa não de tirar dos recursos do país os mei-  
os indispensáveis para a execução do projeto em debate"  
(8:223).

Infelizmente, como a História demonstraria, a hipótese  
inverossímil foi a que sucedeu...

Entrementes, a Batalha de Tsushima, em 1905, viria  
provocar uma evolução nos conceitos de emprego dos meios

navais, privilegiando os enormes navios capitais dotados de  
armamento de grosso calibre e longo alcance. O próprio Almirante Júlio de Noronha escreveu, sob o  
título "O PAÍZ defendendo o seu programa" (8:442).

A análise das ações de Tsushima e os sonhos do Barão de

Rio Branco de resgatar o prestígio e a grandeza que o Brasil  
desfrutara no século anterior ofereceram oportunidade para  
reavaliar o programa Júlio de Noronha. O Almirante Alexan-  
drino de Alencar, novo Ministro da Marinha, e o Chanceler  
alegavam que o programa de 1904 tornaria o Brasil uma potên-  
cia regional, porém sem grande expressão no cenário interna-  
cional, além de não considerar as lições de Tsushima.

Em conseqüência, o Almirante Alexandrino, com o apoio  
do Barão de Rio Branco, conseguiu, em 1906, a aprovação do  
Congresso Nacional para modificar o programa de Júlio de  
Noronha, cujas principais unidades passaram a ser: dois en-  
couraçados "dreadnought" de 19.500t, um encouraçado "dread-  
nought" de 28.000t, três cruzadores "scouts" de 3.150t,  
dois contratorpedeiros de 560t, e três submarinos.

A revisão do programa Júlio de Noronha causou polêmica  
na época<sup>4</sup>. Segundo o Almirante Vidigal, "a esquadra que re-  
sultaria do cumprimento total do programa de 1906 parece  
melhor que a da aplicação do programa de 1904" (51:60).

Entretanto, julgo que a retirada do navio carvoeiro privou a  
esquadra, cuja concepção era eminentemente oceânica, desse  
importante meio de apoio logístico. A epopéia da Divisão  
Naval em Operações de Guerra (DNOG), tendo que carvoar de um  
mercante requisitado, o Belmonte, viria demonstrar as difi-

culdades causadas pela inexistência de um navio específico.

De qualquer modo, a encomenda desses navios repercutiu

<sup>4</sup> O próprio Almirante Júlio de Noronha escreveu, sob o  
pseudônimo de Tácito, uma série de artigos no jornal O PAÍZ  
defendendo o seu programa (8:442).

internacionalmente. O anuário da Liga Naval Britânica comentou, em 1906:

"Jamais a marinha de uma potência menor projetou-se em uma força tão ameaçadora sobre o horizonte internacional como o Brasil. Isto porque o Brasil teve a audácia de encomendar (não somente projetar, como fazem habitualmente todas as potências insignificantes) três navios de guerra com uma capacidade de combate similar a de qualquer outra unidade existente ou em construção" (45:140).

Em face do crescimento do poder naval brasileiro, a Argentina, sentindo-se ameaçada, também encomendou encouraçados, logo seguida do Chile, que, em função de seus contentamentos com aquele país, não poderia ficar em posição inferior, iniciando uma corrida armamentista naval na região.

Malgrado o otimismo de Rio Branco, a economia brasileira desandou, provocando a interrupção do programa. O terceiro "dreadnought", o maior, foi vendido para a Turquia, e um cruzador não foi construído. No entanto, a consequência mais nefasta foi que a infra-estrutura de apoio, incluindo a construção do arsenal, deixou de ser implementada.

Portanto, a MB recebeu, despreparada, uma esquadra moderna e sofisticada. Os problemas de adaptação do pessoal foram tantos que, num momento de desalento, o Almirante Marques Leão sugeriu que fossem contratados, no exterior, oficiais para exercer os comandos superiores (35:50).

A Esquadra Branca contribuiu, sem dúvida, para o sucesso diplomático de Rio Branco. Entretanto, em face de severas restrições orçamentárias<sup>50</sup>, sem contar com estrutura de apoio

<sup>50</sup> O orçamento da MB, em relação aos outros ministérios, baixou do índice de 24%, em 1906, para 0,5% em 1918, considerando-se o padrão ouro (35:51).

e tripulada por pessoal despreparado, caminhou, rapidamente, para total colapso. Não se pode incorporar meios modernos, envolvendo tecnologia sofisticada, sem antes implementar uma infra-estrutura capaz de prover-lhes apoio adequado. Teria sido mais prudente adquirir menor número de meios, inclusive mais modestos, mas assegurar a capacidade de mantê-los e operá-los convenientemente. Governo Arthur Bernardes (35:63).

Em 1914, teve início a 1ª Guerra Mundial (1ª GM), na qual a MB participaria, já no seu final, com a DNOG, cuja tarefa era o combate aos submarinos alemães. As dificuldades vividas pela DNOG ressaltaram as deficiências provocadas pela inexistência de infra-estrutura de apoio adequada.

Por outro lado, os navios não estavam preparados para a guerra anti-submarino (A/S); não possuíam hidrofones, nem tinham um modo adequado de lançar bombas de profundidade, que, por sua vez, eram ineficientes (25:126).

Após a guerra, as inovações táticas e tecnológicas (o óleo, por exemplo, substituíra o carvão como combustível) acentuaram a obsolescência da nossa esquadra, apenas dez anos após seu recebimento. Havia necessidade de reorganizá-la e atualizá-la, adaptando-a às novas circunstâncias.

Devemos acabar com esse regime de expedientes. O fim, os encouraçados foram enviados aos Estados Unidos da América (EUA) para modernização.

A escolha dos EUA para modernizar meios que haviam sido

construídos na Inglaterra caracteriza a substituição da influência britânica pela norte-americana em nosso pensamento naval. A influência da marinha norte-americana tivera início em 1914, com a contratação do Capitão-de-Fragata

Phillips William para lecionar na recém-criada Escola de Guerra Naval (EGN). Posteriormente, a instalação da Missão Naval Americana (MNA) no Brasil, em dezembro de 1922, consolidou-a.

A MNA participou, ativamente, da reorganização da MB promovida por Alexandrino de Alencar, que assumira, novamente, a Pasta da Marinha no Governo Arthur Bernardes (35:53). Nessa reorganização foram introduzidas alterações de caráter administrativo, tais como a transformação do Arsenal de Marinha em Diretoria Técnica (o mesmo acontecendo com a Engenharia Naval) e a criação da Diretoria de Aeronáutica para impulsionar a aviação naval, que começara a desenvolver-se a partir de 1916.

Entre 1910 e 1934, a MB incorporou apenas seis unidades: os três submarinos do programa de 1906 e um navio de apoio para submarinos, adquiridos na Itália, por volta de 1913; o contratorpedeiro (CT) Maranhão, veterano da Jutlândia, em 1920; e o submarino de esquadra Humaitá, em 1927.

Em 1932, o Ministro da Marinha, Almirante Protógenes Guimarães, assim se expressa em seu relatório:

"Devemos acabar com esse regime de expedientes. O Brasil necessita de traçar um largo caminho para seu futuro marítimo, um programa grandioso, embora realizado lentamente, como lhe permitirem as circunstâncias, mas um programa de conjunto e não de agir por atos esporádicos em matéria de tão grande relevância para sua existência soberana" (35:57).

Nesse mesmo ano, o Almirante Protógenes propôs um programa naval, que, após ser reformulado pelo Conselho do Almirantado, em 1933, ficou assim constituído: dois cruzado-

res pesados de 8.500t, nove contratorpedeiros de 1.600t, seis submarinos (dois mineiros), seis navios-mineiros varredores, e três navios-tanque. Os dois cruzadores, que não chegaram a ser construídos, destinavam-se ao combate contra corsários de superfície. Creio que sua inclusão no plano deveu-se, de algum modo, à ação dos corsários alemães que, na 1ª GM, atuaram nas costas do Brasil<sup>6</sup>. Observa-se, também, salutar preocupação com os meios de apoio logístico móvel e o abandono dos grandes navios de linha. Era um programa grandioso, como o próprio Ministro afirmara no seu relatório. Tinha, porém, como um dos seus aspectos mais importantes, a retomada da construção naval no Brasil.

As razões estratégicas que motivaram esse plano não são muito claras. Sem dúvida, o poder naval argentino exerceu forte influência na sua concepção, pois a Argentina, entre 1925 e 1932, encomendara dois cruzadores pesados, cinco contratorpedeiros e três submarinos. Talvez por isso, não se perceba ênfase maior na guerra A/S, que tinha sido a tarefa da DNOG. Depreende-se, portanto, que as operações de guerra A/S ainda continuavam a ser consideradas como secundárias<sup>7</sup>.

Coube ao Almirante Aristides Guilhem, Ministro da Marinha de 1935 a 1945, executar o programa aprovado. Iniciou-o pela conclusão das obras do Arsenal da Ilha das Cobras. Sem

<sup>6</sup>O cruzador "Karlsruhe", por exemplo, esteve nas costas do Brasil, de agosto a outubro de 1914, tendo carvoado 5 vezes, na costa do Rio Grande do Norte (25:29).

<sup>7</sup>Nos currículos da Escola de Guerra Naval, até 1942, nada se encontra a respeito de guerra A/S (7:217).

dúvida, um bom começo. Primeiramente, para preparar seus operários, o Arsenal concluiu a construção de dois monitores fluviais (um dos quais teve sua quilha batida em 1890). Depois, entre 1937 e 1939, construiu os seis navios mineiros.

Quanto aos CT, cogitou-se, inicialmente, de adquiri-los no exterior. A escolha recaiu nos CT da classe "Borie" da marinha norte-americana. Entretanto, houve empecilhos à sua aquisição, em face de protestos argentinos que alegavam rompimento no equilíbrio naval sul-americano. Foram, então, encomendados seis novos CT a estaleiros britânicos.

Entretanto, esforços da MNA possibilitaram a aquisição, nos EUA, por preços simbólicos, dos planos de construção dos modernos CT da classe "Cassin", que, na altura, ainda se encontravam nas carreiras (35:61). Em 1937, as quilhas de três desses navios, classe "Marcílio Dias" na MB, foram batidas, e os mesmos incorporados em 1943.

Atrasos no pagamento e o início da 2ª Guerra Mundial (2ª GM) fizeram com que a Grã-Bretanha confiscasse os CT brasileiros, incorporando-os à sua marinha. Planos parciais desses navios foram obtidos, e, em 1940, com ajuda norte-americana, foi possível iniciar sua construção no Brasil. Porém, só foram concluídos após a guerra, constituindo a classe "A".

A execução do programa, dentro das disponibilidades e limitações existentes, não possibilitou que a MB estivesse preparada quando se viu diretamente envolvida na 2ª GM, em 1924. Os meios disponíveis eram, em sua maioria, remanescentes

tes da Esquadra Branca, inadequados para as tarefas da guerra A/S na qual a MB iria engajar. Os submarinos de ataque alemães que operavam no Atlântico Sul eram mais velozes que nossos navios, com exceção dos cruzadores (35:84).

A perspectiva de incorporar meios modernos residia na prontificação dos três CT da classe "Marcílio Dias", cuja conclusão estava prevista para 1943. Deste modo, tivemos que contar com auxílio externo. Os EUA, por meio da Lei de Empréstimos e Arrendamentos, forneceram-nos, em curto espaço de tempo, vinte-e-quatro novas unidades navais, especificamente destinadas à guerra A/S (52:37). Todos esses meios foram agrupados na Força Naval do Nordeste, que integrou as forças do Atlântico Sul da 4ª Esquadra dos EUA. O preço do despreparo da MB foi a tutela naval norte-americana (19:67).

Cabe ressaltar, todavia, o esforço realizado pelos nossos homens para dominar, em plena guerra no mar, a doutrina de emprego de meios modernos, dotados de equipamentos como radar e sonar, inteiramente desconhecidos até então.

## SEÇÃO II - DA 2ª GUERRA MUNDIAL AOS NOSSOS DIAS

Da 2ª Guerra Mundial à denúncia do Acordo Militar - do esforço empreendido pela MB durante a guerra possibilitou-lhe desenvolver, novamente, uma capacidade de construção naval. Entretanto, tão logo a paz foi decretada, houve redução nos gastos militares, e os recursos necessários para consolidar essa capacidade escassearam.

Quando a guerra acabou, os CT classe "A", cujas quilhas haviam sido batidas em 1940, encontravam-se em construção.

Porém, se levamos 9 anos para construir os três primeiros, o último da série - o Araguari - só foi concluído 20 anos após, em face de problemas financeiros. Até mesmo a construção no Brasil dos CT classe "Fletcher", cujos entendimentos com a Marinha dos EUA estavam praticamente concluídos em 1945, foi cancelada (3:19). A oferta de navios excedentes de guerra por preços simbólicos contribuiu, também, para desestimular a aplicação de recursos na construção naval. Raciocínio que, se está economicamente correto, é nefasto como política naval.

Entretanto, agravada pela amarga experiência vivida na 2ª GM, quando vinte mercantes brasileiros foram naufragados, foi, a meu ver, natural e coerente que a MB se dedicasse às tarefas de defesa costeira e de proteção ao tráfego marítimo, e consolidar a sua base política de poder, de maneira a reforçar sua capacidade negociadora" (14:225).

Os primeiros navios que recebemos após a guerra, voltados para a proteção do tráfego marítimo, foram os cruzadores de superfície Barroso e Tamandará, cujo emprego dar-se-ia e superação da influência inglesa, deu lugar a um alinhamento automático que, ao privar-nos de uma política externa própria, automaticamente privou-nos, também, de uma concepção militar própria, o que nos levou à posição de reserva do poder militar ocidental.

A cristalização dos blocos internacionais não permitia outra posição. "A solidariedade exigida pelas potências era mercantil: com o recebimento dos navios-tanque Raza e Rijo, total, já que a confrontação entre os sistemas capitalista e comunista parecia não admitir outra resultante, se não a vitória de um sobre o outro" (14:222)

A confrontação adquiria, assim, contornos de absoluta

fatalidade - viria mais cedo ou mais tarde! O Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello assim se manifestou em discurso pronunciado no Senado Federal, em 1958:

"Associando-se ao grupo de nações anti-comunistas, o Brasil assumiu responsabilidades extremamente elevadas e passou a correr os riscos iminentes do desencadear da guerra que vai decidir os destinos da humanidade. Estas responsabilidades se traduzem na defesa do tráfego marítimo no Atlântico Sul e do litoral imenso que vai do Cabo Norte ao Chuí, em uma extensão de cerca de 9.000km. Aí reside toda a razão de ser da existência de um Poder Naval adequado às vultosas responsabilidades assumidas pela nação, e a serem cumpridas pela Marinha" (32:145).

Dentro dessa visão, agravada pela amarga experiência vivida na 2ª GM, quando vinte mercantes brasileiros foram afundados, foi, a meu ver, natural e coerente que a MB se dedicasse às tarefas de defesa costeira e de proteção ao tráfego marítimo.

Os primeiros navios que recebemos após a guerra, voltados para a proteção do tráfego marítimo, foram os cruzadores ligeiros Barroso e Tamandaré, cujo emprego dar-se-ia contra corsários de superfície. Para o patrulhamento costeiro, foram encomendadas dez corvetas na Holanda, durante a gestão do almirante Renato Guillobel (1951-1954).

Paralelamente, fruto, talvez, da falta de perspectiva estratégica própria e das precariedades brasileiras no setor marítimo, a MB incrementou sua participação nas atividades mercantes; com o recebimento dos navios-tanque Raza e Rijo, passou a efetuar o transporte comercial de combustíveis líquidos e, com a incorporação de quatro novos navios-transporte, construídos no Japão, começou a participar do trans-

porte comercial de carga geral. Como expressa o Almirante Vidigal, "somente o renascer da construção naval mercante no país, para o qual muito contribuiria a criação do Fundo da Marinha Mercante, em 1958, viria a alterar a conveniência da participação de navios da Marinha brasileira no tráfego comercial" (51:94).

Em 1952, foi assinado com os EUA o "Military Assistance Program" (MAP), por intermédio do qual foram recebidos mais de trinta navios de diferentes tipos, extensa gama de equipamento, armamento e material para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e sobressalentes diversos. Concomitantemente, o MAP proporcionou intenso programa de instrução e preparo do pessoal, na forma de numerosos cursos e estágios.

O MAP, a par de seus benefícios, que não podem ser desprezados, trouxe, também, prejuízos, entre os quais destaca-se a perda da capacidade de construção naval, que desenvolvêramos durante a guerra; era mais cômodo receber um navio pronto do que construí-lo. Em decorrência e tendo em vista a facilidade de obter sobressalentes nos EUA, o MAP desestimulou a montagem de uma cadeia logística própria.

Todavia, considero a inflexibilidade de pensamento que o programa de instrução do MAP causou como um dos seus prejuízos mais graves. A ação intelectual é uma das formas mais sutis de exercício do poder; imperceptivelmente, impregna corações e mentes, que se entorpecem na concepção homeopaticamente imposta; "...ano após ano, mais e mais se consolidava a precedência da mentalidade anti-submarina, complementada pelas preocupações relacionadas com (a minagem. A ameaça

ameaça aérea e de superfície eram relegadas a um plano secundário." (7:448).

Até mesmo os submarinos de esquadra recebidos em 1957 foram incorporados como meio de adestramento para a guerra A/S. As palavras do Embaixador brasileiro nos EUA, quando do seu recebimento, bem testemunham o pensamento naval da época: "Os submarinos que nos são hoje entregues... serão utilizados para instruir nossos marujos para a grande missão que lhes seria confiada, no caso de novo conflito" (9:242).

A aquisição do navio-aeródromo Minas Gerais também foi feita dentro desse enfoque. Quando de sua incorporação, assim se pronunciou o Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Jorge da Silva Leite, em sua Ordem-do-Dia: "... sua incorporação reveste-se de especial importância porque representa a posse para nossa Esquadra do elemento básico e fundamental do Grupo de Caça e Destruição que constitui hoje a única Força Naval capaz de se opor, com êxito, ao principal adversário marítimo dos tempos atuais: o submarino."

Nesse mesmo ano, tiveram início as Operações UNITAS, com a participação das marinhas dos EUA e de outros países sul-americanos, com o propósito único de adestrar as forças navais desses países para ação conjunta anti-submarina<sup>B</sup>.

A incorporação do Minas Gerais causou uma polêmica com a Força Aérea Brasileira (FAB) sobre quem deveria operar suas aeronaves, a qual só viria a ser resolvida em 1965, pela entrega das aeronaves de asa fixa à FAB, ficando a MB

---

<sup>B</sup>Mais tarde, por insistência da MB, foi ampliada para cobrir outros aspectos da guerra no mar (51:98).

autorizada a operar apenas helicópteros.

Em 1963, a aprovação do primeiro Plano Diretor da Marinha e de suas respectivas diretrizes possibilitou, a partir de então, a obtenção de meios de forma racional, com Programas de Reparlamento periodicamente revistos e atualizados, de acordo com as disponibilidades econômicas e as contingências estratégicas do País. O programa Silvío Mota, proposto nesse primeiro Plano, previa a constituição de um esquadrão misto de aviões anti-submarino e de ataque, o que caracterizava uma intenção de ampliar as tarefas do Minas Gerais além da guerra A/S.

Em 1965, o Estado Maior da Armada sugeriu um programa ambicioso, a ser executado por meio da Sistemática do Plano Diretor, abrangendo a obtenção, no Brasil e no exterior, de um total de 146 unidades, entre as quais: 20 fragatas A/S, 40 navios-varredores costeiros e 50 navios de patrulha costeira. Entretanto, o programa aprovado em 1967 (Programa Decenal de Renovação) foi bem mais modesto, totalizando 66 unidades, no qual se destacam: 10 fragatas A/S, 4 contra-torpedeiros, 12 navios-varredores costeiros, 4 submarinos e 1 navio-doca.

Esses programas refletem, de modo inequívoco, a concepção estratégica naval brasileira, inteiramente dedicada à guerra A/S. A proteção do tráfego marítimo no Atlântico Sul era nossa preocupação dominante; as ameaças aérea e de superfície estavam em segundo plano.

A implantação do programa de 1967, apesar de incompleta, devido às restrições orçamentárias que se sucederam ao

período do "milagre econômico," possibilitou o renascimento da construção militar-naval no Brasil. Todavia, os navios que não podíamos construir foram encomendados na Europa, em virtude das restrições impostas pelos norte-americanos para nos fornecer meios modernos e tecnologicamente atualizados.

As encomendas na Europa - navios-varredores na República Federal da Alemanha (RFA) e fragatas e submarinos na Grã-Bretanha - particularmente as feitas aos estaleiros britânicos, viriam quebrar a hegemonia da influência da marinha norte-americana na MB. Por sua vez, a incorporação dos varredores estimulou um esforço fecundo no sentido de superar nossas deficiências na guerra de minas.

Quando as fragatas foram encomendadas, as ameaças aérea e de superfície estavam relegadas a segundo plano. Mesmo a instalação, em 1967, do míssil superfície-ar "Seacat" no CT Mariz e Barros não estimulou avanços nessa área. Por isso, das seis fragatas encomendadas, somente duas foram armadas com mísseis superfície-superfície, e nenhuma dispunha de armamento antiaéreo moderno, estando limitadas, nesse aspecto, à defesa de ponto. A MB, entorpecida, não percebeu que precisaria romper a redoma da guerra A/S em que estava confinada, para poder conceber, adequadamente, sua estratégia, já que havia, também, outros interesses marítimos a atender. "Como cenários, ameaças específicas são úteis para exercícios, mas não como premissa básica de planejamento" (28:197). É interessante notar que houve duas claras indicações acerca da existência de outros interesses marítimos brasi-

leiros, para os quais a MB teria que atentar: a denominada Guerra da Lagosta em 1963 e a decisão brasileira, em 1970, de estender, unilateralmente, o mar territorial para duzentas milhas, pois qualquer declaração unilateral torna-se inócua se não houver poder que a respalde.

Assim, a MB viveu a maior parte da década dos setenta voltada para a guerra A/S, segundo a concepção estratégica de que lhe caberia participar, dentro do contexto do conflito leste-oeste, da defesa do tráfego marítimo no Atlântico Sul. Seu adestramento visava, por conseguinte, ao aprimoramento das técnicas e táticas desse emprego. Com tal intuito participava dos seguintes exercícios internacionais:

- UNITAS, com as marinhas dos EUA, Argentina e Uruguai, cujo propósito era o adestramento de tática anti-submarina;

- ATLANTIS, com as marinhas da Argentina, Uruguai e Paraguai, cujo propósito era o adestramento de defesa do tráfego marítimo nas suas duas concepções - proteção e controle;

- EXPORT GOLD, com as marinhas dos EUA, Argentina, Uruguai e Paraguai, cujo propósito era o adestramento de comunicações para o controle do tráfego marítimo;

- SPRINGBOARD, com as marinhas dos EUA, Venezuela e Colômbia, cujo propósito era o adestramento de tiro naval; e

- VERITAS, com a marinha dos EUA, cujo propósito era o adestramento de operações anfíbias em conjunto com o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (USMC). As operações VERITAS deram origem, posteriormente, às READEX, que, contando com a participação das marinhas dos EUA, Brasil, Canadá e Holanda,

visavam, principalmente, ao adestramento de guerra A/S e de operações anfíbias.

O desenvolvimento da doutrina anfíbia deu-se, exatamente, no período em que a MB se dedicava à guerra A/S, o que, à primeira vista, pode parecer um paradoxo. O Almirante Flores registra que "nos anos que se sucederam à guerra, a única evolução conceitual digna de nota diz respeito ao Corpo de Fuzileiros Navais" (7:438).

Não há dúvida de que a atuação do USMC no Pacífico, durante a 2ª GM, concorreu para mudar a destinação do CFN, antes basicamente relacionada com a segurança interna, para o emprego nas operações anfíbias. Entretanto, seria fantasioso atribuir a evolução do CFN apenas àquela influência.

Primeiramente, é preciso considerar que a MB, na maioria dos conflitos em que tomou parte (obviamente, com exceção das duas guerras mundiais), esteve envolvida com operações de desembarque, muitas vezes empregando seus próprios marinheiros para desenvolver ações em terra<sup>9</sup>.

Talvez por isso, o currículo da EGN estabelecido em 31 de dezembro de 1921 incluía a disciplina Táticas Terrestres e Operações de Desembarque. Em 1937, o currículo passou a incluir a "montagem da primeira operação anfíbia e combinada, com tropas do Exército e de Fuzileiros Navais" (7:217).

Em meu entender, além da inspiração do USMC, três cir-

---

<sup>9</sup>Em 1924, por exemplo, na repressão à revolta deflagrada em São Paulo, houve o desembarque de 1.533 homens, entre marinheiros e fuzileiros navais, em dois escalões comandados, respectivamente, pelos Capitão-de-Fragata Anátocles da Silva Ferreira e Capitão-de-Corveta Clodovino Celestino Gomes (7:123).

cunstâncias favoreceram o desenvolvimento das operações anfíbias na MB.

A primeira foi o fato que, dentro da política de contenção do comunismo patrocinada pelos EUA, havia espaço para operações anfíbias em áreas sob controle de grupos guerrilheiros ou tropas sublevadas. Desse modo, não houve restrições para que o CFN recebesse, por intermédio do MAP, armamento, equipamento e material, além de diversos cursos sobre operações anfíbias, junto ao USMC.

A segunda deve-se aos navios-transporte, que, apesar de não terem sido adquiridos, precipuamente, para emprego nas operações anfíbias, vieram com embarcações de desembarque, o que permitiu adestrar o movimento navio-para-terra em condições reais de emprego. Por sua vez, a própria existência dos navios possibilitava sua utilização em exercícios anfíbios, proporcionando adestramento adequado.

A terceira circunstância foi de ordem financeira: o desenvolvimento do CFN não redundava em grandes gastos para a MB. O pessoal já existia; faltava, apenas, redirecioná-lo e adestrá-lo convenientemente. Já o material, vindo por meio do MAP, não implicava encargos financeiros de monta.

O desenvolvimento do CFN ensejou que, no início da década dos setenta, dois navios de desembarque de carros de combate fossem incorporados. Contudo, os meios flutuantes não acompanharam a evolução das forças de fuzileiros, o que provocou incompatibilização entre esses elementos (51:93). Entretanto, é preciso ressaltar que os meios navais necessários à plena execução das operações anfíbias estavam pre-

vistos nos diversos programas de reaparelhamento, sendo sua aquisição, obviamente, questão de oportunidade e prioridade.

Outro paradoxo que poderia ser identificado era a Força de Submarinos, eminentemente ofensiva e incompatível com a proteção do tráfego marítimo. Entretanto, como seus meios foram empregados, basicamente, para adestrar nossos navios nos procedimentos da guerra A/S, não foi possível desenvolver sua vocação de arma ofensiva por excelência, o que só viria a acontecer posteriormente, dentro da nova concepção estratégica da MB, cujo início pode ser marcado pelo rompimento do acordo MAP.

7

Da denúncia do Acordo Militar até nossos dias - Com o Governo Médici, o Brasil passou a viver um período de acelerado desenvolvimento, que gerou antagonismos em relação ao interesse brasileiro de desempenhar papel de relevo no cenário internacional, pois "o milagre econômico interno condicionava uma política externa predicada na expectativa do poder futuro" (14:229). Entre tais antagonismos, destacam-se: a reação internacional à política brasileira de fretes (importante para dar sustentação à nossa nascente indústria marítima), as divergências regionais sobre o aproveitamento dos recursos sucessivos e a oposição internacional ao acordo nuclear assinado com a RFA.

Entretanto, as duas superpotências iniciaram um período de distensão, onde procuravam consolidar suas zonas de influência. "Em tal contexto não haveria espaço para emergência de um país como o Brasil, cujos objetivos permanentes de defesa teriam que ser contidos no âmbito regional".

desenvolvimento econômico e social pareciam recobrar viabilidade, após vários anos de desagregação e divisões internas" (14:228). A subordinação à concepção estratégica do conflito leste-oeste perdia, portanto, sustentação; a ênfase deslocava-se da guerra global para a regional. O Brasil começava a praticar uma política externa independente.

A oposição empreendida pela administração Carter ao acordo nuclear com a RFA e sua política em matéria de direitos humanos, acrescidas das constantes críticas que o MAP sofria por parte de segmentos das Forças Armadas brasileiras, provocaram sua denúncia em 1977.

As Políticas Básicas e Diretrizes da Marinha, publicadas em fevereiro de 1977, antes mesmo da denúncia do acordo, já demonstravam nítida reorientação da Marinha em termos estratégicos (52:39).

A MB iniciava, por conseguinte, a formulação de uma nova concepção estratégica naval, própria e coerente com a realidade nacional. Dizia, em 1980, o Almirante Flores que "o balanço entre possibilidades e limitações do poder naval brasileiro indica que, no futuro previsível, sob seu ângulo marítimo, nossas preocupações objetivas com segurança e defesa terão que ser contidas no âmbito regional" (18:68).

Como a mudança da concepção estratégica ocorreu ao final da década dos setenta, não foi possível alterar o programa das fragatas, no sentido de adequá-las à nova orientação. Contudo, tal programa configurou um salto tecnológico de grande envergadura, que estimulou a motivação profissional da MB, por lidar com material sofisticado e tec-

nologicamente atualizado. O atraso no programa das corvetas,

A criação do Grupo de Avaliação das Fragatas, no Centro de Análise de Sistemas Navais, entre outras medidas adotadas para evitar erros cometidos quando da incorporação dos meios, também sofisticados, da esquadra de 1906, foi de importância fundamental. Por sua vez, a construção de duas fragatas no Brasil constituiu um desafio que, vencido, possibilitou a recuperação, não só da nossa capacidade de construir navios de guerra, mas também da de projetá-los.

O projeto das corvetas classe Inhaúma, iniciado em 1978, ainda sofreu forte influência da concepção de proteção ao tráfego marítimo. "Desejava-se um navio para ser principalmente empregado nas operações de proteção ao tráfego marítimo, onde no caso do Brasil, a principal ameaça a ser considerada é o submarino" (3:23). Tráfego marítimo cuja importância o Almirante Flores viria, posteriormente, questionar: "todas as rotas distantes do teatro principal precisam ser avaliadas, para que elas não venham a justificar exaustão de recursos, em detrimento de ameaças mais concretas" (19:62).

Em 1980, novo Plano de Reaparelhamento da Marinha (PRM) foi aprovado em substituição ao de 1967, visando a compatibilizar as necessidades da MB com a realidade nacional. Mesmo assim, a crise financeira vivida desde o início da década dos oitenta tem provocado sua constante revisão.

Dentro das disponibilidades, as fragatas A/S sofreram uma modernização visando a dotá-las de mísseis superfície-superfície, ampliando sua capacidade de emprego. Para preen-

cher a lacuna causada pelo atraso no programa das corvetas, quatro CT da marinha norte-americana destinados, basicamente, à guerra A/S foram arrendados. Por outro lado, a incorporação de dois navios-doca, a aquisição de carros-lagarta anfíbios e a equipagem da Força de Fuzileiros da Esquadra, possibilitando a organização de uma Brigada Anfíbia, conferiram à MB capacidade de projetar poder de algum significado estratégico.

Seguindo o sucesso do programa das fragatas, foi assinado com a RFA um contrato de construção de submarinos, com transferência de tecnologia. Paralelamente, o desenvolvimento da pesquisa nuclear possibilitará à MB construir submarinos com propulsão nuclear, o que a dotará de plena capacidade para negar o uso do mar nas áreas de interesse.

Desse modo, a MB procura adequar-se à realidade da conjuntura nacional, sem perder de vista, porém, que é fundamental manter um poder naval capaz de opor-se a possíveis ameaças, ainda que com limitações.

A falta de hierarquia do sistema internacional estimulou as nações a sentirem-se livres para realizar seus objetivos. O rápido reconhecimento da Croácia e Eslovênia pela RFA, sem consulta prévia aos EUA, caracteriza um dos primeiros indícios de que outras potências aspiram a influir nos destinos do mundo, sem aceitar, passivamente, a hegemonia norte-americana. O que se afigure para o futuro próximo, por conseguinte, são incertezas e preocupações: "a ordem antiga ainda não se extinguiu e a que está por vir, todavia, ainda não nasceu" (14:233).

Como as nações procuram respaldar a defesa de seus

## ATUAÇÃO DA MB NOS POSSÍVEIS CENÁRIOS DE INTERESSE

## SEÇÃO I - O BRASIL E O CONTEXTO INTERNACIONAL

O contexto internacional - a desagregação do império norte-americano de conferir também à Organização dos Estados Americanos (OEA) um poder militar, por meio da criação de um lista Soviéticas (URSS) sobre os países do Leste Europeu), mecanismo coletivo de segurança. Robert Scheins, especialista caracterizada pela queda do muro de Berlim, em 1989, e a própria desagregação do império russo (domínio da Rússia sobre as demais nações da antiga URSS), precipitada pelo golpe de agosto de 1991, descartaram, inesperadamente, a URSS do cenário internacional, deixando os EUA como único ator a desempenhar o papel de superpotência. A partir de então, julgou-se que o mundo entraria num período de paz - a "pax americana" - semelhante ao vivido após as guerras napoleônicas. Entretanto, algo diferente aconteceu.

A falta de hierarquia do sistema internacional estimulou as nações a sentirem-se livres para realizar seus objetivos. O rápido reconhecimento da Croácia e Eslovênia pela defesa da pátria, mas negligenciava, também, questões ambientais e humanitárias, comércio internacional, vendas de armamentos e investimentos ao redor de todo o globo terrestre. A recente decisão da Suprema Corte dos EUA autorizando o sequestro, no exterior, de suspeitos de terem cometido delitos para serem julgados pela justiça norte-americana antiga ainda não se extinguiu e a que está por vir, todavia, ainda não nasceu" (14:233).

Como as nações procuram respaldar a defesa de seus

interesses com apoio jurídico internacional, a sugestão de criar, na Organização das Nações Unidas, um mecanismo multinacional de segurança (no qual os EUA teriam, obviamente, condições potenciais para coordenar as ações militares) tem ganhado corpo. Em âmbito regional, percebe-se uma intenção norte-americana de conferir também à Organização dos Estados Americanos (OEA) um poder militar, por meio da criação de um mecanismo coletivo de segurança. Robert Scheina, especialista em assuntos latino-americanos no "Industrial College of the Armed Forces" dos EUA, afirmou, recentemente, que alguns membros da OEA têm em mente que, se as nações latino-americanas não puderem, coletivamente, manter a ordem no hemisfério, será difícil criticar os EUA por fazê-lo. (44:66)

Assim, há preocupações nas nações menos desenvolvidas que suas soberanias possam vir a sofrer restrições. Em entrevista à revista "Proceedings", publicada em março deste ano, o Almirante Sir Julian Oswald, da marinha britânica, declarou que, como o mundo se estava tornando extremamente multipolar, a segurança já não se restringia, apenas, à defesa da pátria, mas englobava, também, questões ambientais e humanitárias, comércio internacional, vendas de armamentos, entre eles Edward Kennedy, propuseram ao Congresso dos EUA uma lei denominada "Ata de Sobrevivência Cultural Pan-americana de 1991", que prevê, além da preservação da cultura indígena, uma real proteção aos seus territórios. Observa-se, assim, que, sob a retórica da proteção ao ambiente e aos índios, não existem, apenas, conceitos abstratos: em última análise, o que está em jogo é o próprio gerenciamento do mundo e investimentos ao redor de todo o globo terrestre.

A recente decisão da Suprema Corte dos EUA autorizando o seqüestro, no exterior, de suspeitos de terem cometido delitos para serem julgados pela justiça norte-americana excede, em arbitrariedade, o "Bill Aberdeen" que, no século passado, já constituía uma aberração jurídica internacional.

Vivemos, por conseguinte, um período onde tensões gera-

doras de crises estão latentes. Isso porque, entre outros objetivos, o contexto internacional visa: à manutenção do "status quo", com aumento do desnível tecnológico entre as nações; ao combate ao narcotráfico, no qual a soberania dos estados envolvidos pode vir a sofrer violações; e à preservação ecológica-ambiental, onde se observam intenções de socializar as reservas naturais do globo terrestre.

Portanto, é, nesse contexto difuso e conturbado, que o Brasil terá que encontrar espaços para afirmar seus interesses e promover seu desenvolvimento.

A posição brasileira - como recentemente afirmou o Almirante Diegues:

"Não é extravagante conceber que a promoção dos interesses brasileiros possa se deparar com pressões ou atividades hostis, na forma de iniciativas políticas ou econômicas e até mesmo militares de outros estados, que se proponham a entravar a continuidade do desenvolvimento econômico e social do País ou a comprometer sua soberania e liberdade de ação no campo internacional." (24:134).

Por mais que tais palavras pareçam pessimistas, a realidade as corrobora. Por exemplo, em 25 de março de 1991, o jornal O GLOBO publicou que cinco senadores norte-americanos, entre eles Edward Kennedy, propuseram ao Congresso dos EUA uma lei denominada "Ata de Sobrevivência Cultural Panamericana de 1991", que prevê, além da preservação da cultura indígena, uma real proteção aos seus territórios. Observa-se, assim, que, sob a retórica da proteção ao ambiente e aos índios, não existem, apenas, conceitos abstratos; em última análise, o que está em jogo "é o próprio gerenciamento do ambiente, por suas características de presença, permanên-

território nacional, ou seja, a essência mesma do atributo de soberania do Estado" (14:250).

As relações internacionais são relações entre poderes. A nação que não compreender isso jamais será senhora de seus destinos. Terá, sempre, que depender de alianças para garantir seus interesses e, muitas vezes, até mesmo sua própria integridade como entidade política.

As vertentes políticas nacionais, em meio à inesperada evolução do contexto internacional, depararam-se com um acervo de questões não respondidas que causaram perplexidade. Passamos a viver um período de inquietação intelectual e política, cujos desdobramentos não permitem prever, com segurança, os caminhos futuros, tantas são as incertezas. O desaparecimento da URSS tornou nula, por ora, a hipótese de guerra global; o fim do conflito ideológico fez desaparecer o inimigo interno; e, no Cone Sul, o clima de cooperação estabelecido tornou improvável a guerra regional. Nesse contexto, a utilidade das Forças Armadas é questionada. Como alerta o Almirante Vidigal "no mundo atual há uma tendência inequívoca - principalmente em países que não se sentem ameaçados - para considerar irracional qualquer emprego da força" (50:24). Desse modo, a definição de uma política de defesa fica significativamente prejudicada.

A inexistência de uma política de defesa perfeitamente definida dificulta, mas não nos impede, contudo, de formular uma estratégia naval. Devemos buscar, no campo externo, os parâmetros norteadores da nossa concepção estratégica, pois as marinhas, por suas características de presença, permanên-

cia, mobilidade, flexibilidade e gradualidade de emprego, são instrumentos da política externa por excelência. Portanto, a MB é a principal (se não a única) força com que o Brasil pode contar para apoiar sua diplomacia em tempo de paz, razão porque a política externa continuará sendo o principal fator condicionante da nossa estratégia naval.

Por conseguinte, para formular uma estratégia naval, é necessário alinhar, primeiramente, os possíveis cenários de interesse, de modo que se possa estimar a atuação da MB em cada um deles.

## SEÇÃO II - OS CENÁRIOS DE INTERESSE E A ATUAÇÃO DA MB

Os cenários de interesse - na tentativa de alinhar os cenários de interesse, verifica-se que os de guerra apresentam baixa probabilidade nos próximos dez anos (escopo deste trabalho). O cenário de guerra generalizada só teria sentido se outra potência estivesse em condições de contestar a atual superioridade militar norte-americana, ou se houvesse a formação de blocos ou alianças com tal propósito. O cenário de guerra regional, por sua vez, apresenta baixa probabilidade, principalmente no Cone Sul, em face do atual espírito de cooperação que se vem desenvolvendo nessa região. Não devemos, porém, descartar a possibilidade de emprego do poder militar, particularmente o naval, para respaldar ações diplomáticas, numa manobra de crise regional, ainda que de pequena envergadura.

É justamente no contexto das hipóteses de crises político-estratégicas (HCPE) que os cenários de interesse para o

Brasil apresentam maior probabilidade de ocorrência. Os seguintes cenários podem ser identificados: que exagerada) do  
a) pressão de grande potência, em face de antagonismos diversos, entre os quais se alinham contenciosos por questões ambientais, indígenas, humanitárias e tecnológicas;  
b) perturbações da ordem marítima e fluvial (rios internacionais) em águas jurisdicionais brasileiras, em virtude de transgressões às normas consuetudinárias do direito marítimo e às disposições da Convenção da Jamaica, que, apesar de ainda não estar em vigor, o Brasil, como país ratificador, deverá enfatizar em suas águas jurisdicionais;  
c) contenciosos de fronteira resultantes de ilícitos diversos;  
d) manutenção da ordem e da garantia da vida humana, em áreas externas de interesse; e

e) atuação, em coalizão com outras nações, sob a égide de organismos internacionais.

A atuação da MB - nos cenários a) e b), que configuram as piores hipóteses para o Brasil, a primeira consideração a fazer é que, se admitimos o emprego do poder militar como instrumento de pressão, então tal poder aplicar-se-á, sem dúvida, no mar, ou partindo do mar. Portanto, a MB deverá ter condições de exercer presença nas áreas potenciais de conflito, para dissuadir o oponente da pretensa pressão ou para deixar a seu cargo a iniciativa de escalar o que, dependendo dos riscos envolvidos, poderá ser politicamente obrigada a atuar em coalizão com outras nações ou o Brasil inaceitável.

Brasil apresenta maior probabilidade de ocorrência. Os as-  
quinas centrais podem ser identificados:

a) pressão de grande potência, em face de antagonismos  
diversos, entre os quais se alinham contenciosos por ques-  
tões ambientais, indígenas, humanitárias e tecnológicas;

b) perturbações da ordem marítima e fluvial (rios in-  
ternacionais) em águas jurisdicionais brasileiras, em virtu-  
de de transgressões às normas consuetudinárias do direito  
marítimo e às disposições da Convenção de Genebra, que, ape-  
sar de ainda não estar em vigor, o Brasil, como país ratifi-  
cador, deverá enfatizar em suas águas jurisdicionais;

c) contenciosos de fronteira resultantes de ilícitos  
diversos;

d) manutenção da ordem e da garantia da vida humana, em  
áreas externas de interesse;

e) atuação, em coalizão com outras nações, sob a égide  
de organismos internacionais.

A atuação da MB - nos cenários a) e b), que configuram  
as piores hipóteses para o Brasil, a primeira consideração a  
fazer é que, se admitimos o emprego do poder militar como  
instrumento de pressão, então tal poder aplicar-se-á, sem  
dúvida, no mar, ou partindo do mar. Portanto, a MB deverá  
ter condições de exercer presença nas áreas potenciais de  
conflito, para dissuadir o oponente da pretensão de  
para deixar a seu cargo a iniciativa de atacar o mar, de-  
pendendo dos riscos envolvidos, poderá ser politicamente  
inaceitável.



A atuação da MB durante a Guerra da Lagosta teve esse perfil. A presença determinada (ainda que exagerada) do nosso poder naval deixou a França no dilema de escalar ou desistir da pressão exercida. De qualquer modo, a inexistência, na época, de poder naval adequado inviabilizaria a segunda alternativa (a que ocorreu), deixando-nos à mercê da vontade alheia. Presença e dissuasão são, por conseguinte, duas atuações que a MB deverá ser capaz de desenvolver nesses cenários.

É preciso ressaltar que a simples existência de poder naval não dissuade. A dissuasão decorre do desdobramento, parcial ou total (conforme a magnitude da crise), de poder naval, com credibilidade, na área do conflito. A credibilidade, por sua vez, é função da adequabilidade dos meios desdobrados e da determinação de efetivamente empregá-los.

No cenário c) caberá à MB atuar nas calhas da Amazônia ou do Pantanal Matogrossense, áreas do território nacional mais sensíveis a ilícitos de fronteira, exercendo presença, controlando-as e, quando for o caso, apoiando ações da força terrestre.

No cenário d), a atuação da MB exigirá ação de presença, com ênfase na capacidade anfíbia. Todavia, as áreas externas de interesse poderão levar a MB a desdobrar-se e a projetar-se em cenário que, dependendo da situação militar dos partidos envolvidos, poderá limitar ou, até mesmo, inviabilizar seu emprego isolado. Neste caso, ou a MB ver-se-á obrigada a atuar em coalizão com outras marinhas ou o Brasil terá que restringir a manobra da crise às ações diplomáti-

cas, sem respaldo do poder naval.

No cenário e) a MB deverá atuar no contexto da coalizão, com os meios solicitados. Julgo, entretanto, que nossa participação em coalizão internacional deve ser criteriosamente ponderada, pois, se aceitarmos participar de coalizões que tenham por propósito exercer pressões contra outros estados, estaremos admitindo que o mesmo possa vir a ser feito contra o Brasil.

Independente das HCPE, a MB será sempre convocada a desenvolver diplomacia naval. Quanto mais eficaz for sua atuação nesse papel, mais conflitos poderão ser evitados, pois a falta de credibilidade do poder naval estimula, no mar, a cobiça alheia.

Há uma tendência a subestimar o mar como fonte de conflitos, o que, em face do incremento de sua utilização pelos estados, é uma incoerência. Como quaisquer relações internacionais, as marítimas, inevitavelmente, gerarão conflitos cuja administração exigirá criatividade política e militar.

Por conseguinte, só uma marinha concebida por estratégia naval coerente com nossa política externa poderá atuar, convenientemente, nos cenários de guerra (improváveis), de crise ou de paz, em defesa dos interesses marítimos nacionais, pois, identificar interesses no mar ou dele dependentes, sem a existência de poder naval para garanti-los, é mera figura de retórica, já que sua manutenção dependerá de alianças que levem outras marinhas a defendê-los por nós.

A ESTRATÉGIA NAVAL DA MB NOS PRÓXIMOS DEZ ANOS - SUGESTÕES  
PARA SEU REAPARELHAMENTO E PREPARO

A estratégia naval - malgrado as diferentes definições para a palavra estratégia, identifica-se, em todas, uma essência comum - antagonismo - porque só há estratégia onde existe confrontação de vontades. Desse modo, a estratégia ideal é aquela que possibilita fazer face a todas as ameaças (manifestações de vontades). Como a análise dos cenários de interesse só possibilita identificar as contingências nas quais os conflitos ocorrerão (as ameaças dependerão da vontade do oponente), a estratégia ideal passa a ser aquela que contempla todas as contingências.

Porém, a realidade nacional não possibilitará o atendimento de todas as contingências; mesmo vislumbrando indícios de recuperação econômica e superação de dificuldades, os recursos destinados à defesa, nos próximos dez anos, continuarão escassos. Desse modo, só a análise da atuação da MB nos cenários de interesse possibilitará identificar as contingências prioritárias e avaliar os riscos assumidos ao se optar por uma alternativa, pois a escassez dos recursos certamente inviabilizará a implementação de qualquer outra. Vivemos, portanto, um período de transição.

Nessas circunstâncias, em meu entender, é preferível garantir os elementos potenciais capazes de possibilitar o futuro desenvolvimento da MB do que optar, radicalmente, por destruir as unidades quando tentam sair de suas bases de uma concepção. Até porque, na medida em que as dificuldades

forem sendo superadas, e nosso desenvolvimento despertar antagonismos mais intensos, os cenários poderão mudar significativamente. Assim, o enfoque da concepção estratégica deve situar-se mais nos propósitos da atuação da MB do que nos aspectos técnicos e táticos dos diferentes meios navais.

Os propósitos da atuação da MB nos diferentes cenários de interesse, configuram uma postura defensiva, na qual a presença e a dissuasão são atributos essenciais. Por conseguinte, a estratégia naval a ser adotada conferir tais atributos à MB. Para delinear a, será necessário analisar a atual capacidade do nosso poder naval a fim de identificar possíveis correções a serem introduzidas nas suas vocações consolidadas<sup>10</sup> (experiência que não se deve desprezar) e avaliar que novas vocações deverão ser estimuladas.

A principal vocação consolidada da MB é a das operações A/S, cuja atuação, contudo, sempre foi prioritariamente voltada para a proteção do tráfego marítimo. Nos cenários identificados, tal enfoque perde prioridade, na medida em que ações contra o tráfego marítimo pressupõem conflitos com razoável duração para terem efeito. As operações A/S, porém, adquirem importância relevante contra os submarinos que tentarem imobilizar nosso poder naval em suas bases, impedindo-o de desdobrar-se na área de interesse<sup>11</sup>. O Almirante Turner

<sup>10</sup>O termo "vocações consolidadas" foi tirado de um trabalho, ainda inédito, do Almirante Cantídeo, intitulado "O Combatente Anfíbio".

<sup>11</sup>O Almirante Stansfield Turner denomina a tática na qual um poder naval é imobilizado por bloqueio que visa a destruir as unidades quando tentam sair de suas bases de "sortie control".

12

13

14

menciona que, como o país costeiro detém, provavelmente, a superioridade aérea nas proximidades de suas bases e portos, a estratégia do "sortie control" deverá, basicamente, depender de submarinos e minas, o meio mais econômico de negar a uma nação o uso do seu mar (49:187).

Deduz-se dessa declaração que a vocação para as operações de contramedidas de minagem estimuladas, definitivamente, na MB, com o recebimento dos novos varredores, também é muito importante. A possibilidade dos nossos principais portos e bases serem minados deve ser considerada em qualquer crise que envolva pressão sobre nosso poder naval.

Verifica-se, assim, que as operações de guerra A/S e de contramedidas de minagem devem ser enfatizadas na concepção estratégica naval, por serem imprescindíveis para garantir a presença da MB nas águas de seu interesse.

Já a capacidade anfíbia, outra vocação consolidada, está relacionada com o exercício dessa presença. A presença do poder naval está intimamente ligada ao litoral e, na maioria das vezes, é função da capacidade de projetar poder sobre ele. Nos cenários identificados, a possibilidade da MB desembarcar, em assalto, até uma brigada anfíbia (em áreas onde não se espere forte oposição) ou de realizar incursões anfíbias que rapidamente alcancem seus propósitos, explorando as vulnerabilidades do dispositivo inimigo, confere credibilidade à sua presença. "A evolução conturbada do mundo contemporâneo está tendendo a exigir com freqüência, comumente a muito curto prazo, o emprego da mobilidade estratégica e da projeção de poder, para o controle de situa-

15

ções de crise que podem pôr em risco interesses e objetivos importantes" (18:73). A capacidade de lançar um ataque de uma posição inesperada ou vantajosa confere grande valor estratégico ao poder naval; sem esse valor a utilidade do poder naval estaria consideravelmente diminuída (49:199). Em conseqüência, a capacidade anfíbia da MB deve ser mantida. O exercício da presença requer, também, algum grau de controle de área marítima, inclusive nos cenários em que haja ameaça às instalações de exploração de petróleo, as quais seria mais fácil defender por área do que por ponto. O apoio da FAB seria necessário para a adequada defesa aeroespacial da força naval (imprescindível se houver ameaça aérea significativa, o que configuraria, pela presença de navios-aeródromos hostis, uma crise grave).

Todavia, é sempre útil ressaltar, como adverte o Almirante Flores, que "o Atlântico Sul além de incluir 40 mil milhas de costa brasileira, no plano hidroviário, penetra no território nacional pela Bacia Amazônica" (18:69), o que enseja, também, a necessidade da MB desenvolver plena capacidade de nela se projetar.

A possibilidade da MB projetar-se na Bacia Amazônica e controlar áreas marítimas restritas, em águas costeiras, com apoio da FAB, apresenta significativo grau de dissuasão, outro atributo necessário na concepção estratégica considerada<sup>12</sup>.

<sup>12</sup>Nos cenários de interesse, as ações na Bacia do Prata estão mais ligadas aos ilícitos de fronteira do que, propriamente, a possíveis pressões externas, que, partindo do mar, nela se pudessem projetar.

A dissuasão, primordial em todos os cenários, será, porém, tanto maior quanto melhor for nossa capacidade de negar o uso do mar. A negação do uso do mar tende a ser a ação do partido que menos depende dele. No caso da MB, cuja atuação na maioria dos cenários é eminentemente defensiva, a força naval oponente estará muito mais dependente do mar do que nós. Além de ter que deslocar seus meios para a região do conflito, expondo-os, o oponente terá que mantê-los operando, o que, dependendo da duração da crise, acarretará o estabelecimento de tráfego marítimo específico de apoio, apresentando uma vulnerabilidade a ser explorada.

O submarino constitui a arma da negação do uso do mar, por excelência. Apesar da MB dispor de submarinos há muito tempo, distorções no seu emprego retardaram a consolidação dessa vocação - negação do uso do mar - que é essencial para conferir coerência à estratégia alinhavada.

Essa estratégia naval de caráter eminentemente defensivo, baseada na dissuasão e no exercício da presença, tem uma conotação conservadora, pois conservadora deve ser a posição brasileira no período considerado, quando a consolidação do nosso desenvolvimento será a maior preocupação. Como recentemente afirmou o Almirante Diegues:

"Essa conotação conservadora projetada, logo à primeira vista, a idéia de dissuasão. O propósito final da concepção [estratégica] estaria satisfeito na medida em que a Marinha, construída à sua sombra fosse simplesmente capaz de inibir, sem necessariamente entrar em operações de guerra, o surgimento de iniciativas contrárias ao interesse brasileiro" (16:141).

O reaparelhamento -- as disponibilidades orçamentárias

fazem do reaparelhamento um exercício de atribuição de prioridades. Portanto, tentarei estabelecer prioridades para o reaparelhamento na pressuposição de que o orçamento naval não sofrerá, nos próximos dez anos, alterações significativas.

Como anteriormente ressaltai, julgo fundamental, nessa conjuntura, manter elementos potenciais capazes de proporcionar condições para o pleno desenvolvimento da MB, tão logo as dificuldades sejam superadas. Obviamente, tais elementos deverão ser mais ou menos enfatizados em conformidade com a estratégia naval adotada.

Segundo tal premissa, o programa prioritário é o da construção de submarinos, pelo papel que têm na negação do uso do mar, que, como vimos, é uma vocação cujo desenvolvimento deve ser estimulado.

No caso brasileiro, o submarino nuclear, por suas características de autonomia e velocidade, apresenta vantagens indiscutíveis em relação ao convencional, pois nossos mares não apresentam passagens focais ("choke points") pelas quais o poder naval antagônico tenha que, necessariamente, transitar (situação favorável ao emprego dos submarinos convencionais). Entretanto, como a atuação da MB nos cenários de maior repercussão desenvolve-se, precipuamente, em mares costeiros, a oportunidade de desdobrar, com antecedência, submarinos convencionais na área conflitada poderá ser aproveitada, atenuando suas limitações quanto ao trânsito.

Como, em princípio, a incorporação de submarinos nucleares no período considerado está descartada, teremos que

contar com os convencionais para desenvolver a capacidade de negar o uso do mar, inclusive com sua aplicação em operações de ataque contra submarinos. Mas é preciso ter em mente que só o submarino nuclear conferirá à MB capacidade de negar o uso do mar, em águas de sua escolha, ao poder naval que iniciar qualquer ação militar contra o Brasil.

Outra capacidade que concluimos ser necessário enfatizar é o controle de área marítima, que, para ser plenamente exercido, requer efetivo controle do espaço aéreo sobrejacente, o que nos leva ao debate sobre o navio-aeródromo.

Não resta dúvida de que um navio-aeródromo, com plena capacidade de operar aeronaves de asa fixa, confere indiscutível valor ao poder naval que o possui, o que não é o caso da MB. Entretanto, tendo em vista a escassez dos recursos e a necessidade premente de implementar, sem interrupções, o programa de submarinos (inclusive o nuclear) a obtenção desse navio perde prioridade. Primeiramente, porque os navios-aeródromos capazes de operar a gama de aeronaves necessárias ao efetivo controle aeroespacial da força naval são privilégio das grandes potências. Deste modo, restar-nos-ia obter um navio-aeródromo de controle de área marítima que, por concepção, opera apenas helicópteros e aeronaves de decolagem vertical. Essas aeronaves, contudo, não apresentam, ainda, desempenho significativo nas tarefas de interceptação<sup>13</sup>. Na verdade, são, basicamente, aeronaves de ata-

---

<sup>13</sup>A aeronave "Harrier" ganhou notoriedade na Guerra das Malvinas, inclusive como interceptadora, em face das circunstâncias altamente desfavoráveis em que as aeronaves argentinas operaram.

que, com ótimo desempenho nas ações de apoio aéreo aproximado. Portanto, a obtenção desse navio não apresenta, na conjuntura econômica considerada, vantagem substancial, enquanto o Minas Gerais continuar na ativa. ~~dos bastantes vantajosos~~

Verifica-se, assim, a necessidade de manter o Minas Gerais, ainda que operando apenas helicópteros, até que a disponibilidade de recursos possibilite a obtenção de seu substituto. Isso ensejará, em conseqüência, a máxima utilização dessas aeronaves pela MB, em todas as tarefas que a iniciativa e a criatividade o possibilitarem, inclusive para alarme aéreo antecipado (desde que seja possível dotar algumas de nossas fragatas de mísseis antiaéreos de defesa de área). Logicamente, a velocidade, a vulnerabilidade e o curto alcance dos helicópteros constituirão, sempre, uma limitação a considerar. Enquanto nosso poder naval não dispuser de navio-aeródromo com plena capacidade de operar aeronaves de asa fixa apresentará vulnerabilidades na sua defesa aeroespacial, mesmo atuando em águas costeiras, pois "é insustentável a opinião de quem pensa ser possível, às aeronaves baseadas em terra, darem o tipo de apoio que é necessário em faixas marítimas ao longo do litoral" (15:18).

A inexistência de defesa aérea embarcada torna os navios de superfície muito vulneráveis à ameaça aérea, obrigando que seu armamento antiaéreo seja constantemente modernizado. Com relação às nossas fragatas (a escassez de recursos, provavelmente, não possibilitará aumentar seu número), considero conveniente a instalação de mísseis antiaéreos de defesa de área em pelo menos duas e a modernização de seu

armamento antiaéreo de defesa de ponto. Paralelamente, deve ser estimulado um esforço na área de guerra eletrônica, para desenvolver equipamentos de neutralização de mísseis, cuja adequada utilização apresenta resultados bastante vantajosos se comparados aos recursos investidos.

No que concerne à guerra A/S, a manutenção do programa das corvetas deve continuar, ainda que as disponibilidades financeiras atrasem, substancialmente, seu cronograma. Contudo, é necessário que, em face do atraso do programa, seu projeto seja continuamente revisto a fim de manter esses navios atualizados.

A capacidade anfíbia da MB apresenta níveis perfeitamente aceitáveis. Há necessidade, entretanto, de dotar as forças de desembarque de armas antiaéreas portáteis, sem dúvida sua maior deficiência.

Quanto às operações de contramedidas de minagem, seria conveniente equipar os varredores com equipamentos modernos de detecção de minas, a fim de conferir à MB plena capacidade de atuação nessa área.

Considerando que os meios da MB serão escassos para atender às necessidades, é preciso otimizar sua utilização por meio de apoio e manutenção adequados. Como não dispomos de navio de apoio logístico (meio cuja necessidade será ressaltada, caso se configure a hipótese da MB projetar-se além de suas águas regionais), seria conveniente dotar a MB

de bases de apoio com alguma capacidade de manutenção nas possíveis áreas de interesse.

Como os recursos disponíveis não possibilitarão à MB

dotar suas bases, ao longo do nosso litoral, dos meios de apoio necessários, seria interessante desenvolver um projeto de base de apoio modular, cujos módulos pudessem ser transportados para a área de interesse em caso de conflito. A marinha chilena, por exemplo, tem sua base de submarinos totalmente instalada em módulos, de acordo com essa concepção, já que a instalação das bases fixas necessárias, ao longo do extenso litoral chileno, seria inviável<sup>14</sup>. Todos esses meios, contudo, só serão válidos se tiverem credibilidade, o que, basicamente, dependerá de seu preparo.

O preparo - o preparo do poder naval confere-lhe credibilidade, que, em síntese, decorre de sua capacidade de responder, imediata e efetivamente, a qualquer ameaça que atente contra os interesses marítimos da Nação. Imediata, em função da prontificação, e efetiva, em função da eficácia dessa resposta.

A prontificação está ligada à prontificação (que, cada vez mais, adquire papel preponderante, em função da rapidez com que, nos dias atuais, a maioria dos conflitos evolui), e a eficácia, ao emprego e à confiabilidade dos meios empenhados.

A prontificação decorre da otimização dos meios disponíveis, o que, basicamente, é função do seu adestramento. Se, nos exercícios, não se procurar submeter homens e equi-

---

<sup>14</sup>Este fato foi mencionado ao autor pelo Capitão-de-Fragata Carlos Eduardo Manso Sayão, que teve a oportunidade de visitar a base de submarinos da marinha chilena, quando cursava, em 1987, o Curso de Comando e Estado Maior da Marinha do Chile.

pamentos às severas condições com que se defrontarão nas situações de emprego real, então esses exercícios pouco contribuirão para a prontificação do poder naval.

O emprego dos meios empenhados, por sua vez, depende do preparo de oficiais e praças para o desempenho de suas funções. É necessário valorizar, particularmente nos cursos e estágios, o processo do pensamento que leva à decisão e não somente a decisão; é necessário estimular e desenvolver, prioritariamente, o "por que fazer" (desenvolvimento do processo do raciocínio) e não o "como fazer" (treinamento de procedimentos).

A confiabilidade dos meios empenhados depende de sua manutenção. A par do preparo do pessoal para o desempenho das tarefas de manutenção, é necessário assegurar níveis de estoque adequados, particularmente no que concerne aos sistemas de procedência estrangeira. Como tais níveis dependem, muitas vezes, de dados desconhecidos, como o índice de mortalidade das peças, a consecução desse propósito não é tarefa fácil e requer muita determinação. Não basta, apenas, adquirir os meios, é necessário, também, assegurar a capacidade de mantê-los.

A política externa brasileira constitui outro fator condicionante da nossa estratégia naval (o próprio poder naval argentino poderia ser enquadrado dentro dela), influenciando, entretanto, ao longo da história da MB, de diferentes maneiras, conforme o foco de suas atenções.

Inicialmente, impôs a presença da MB na Bacia do Prata, até que seus objetivos naquela região fossem plenamente

## CAPÍTULO 4

### CONCLUSÕES

A breve análise histórica efetuada identificou três fatores condicionantes da estratégia naval brasileira: a manutenção da integridade nacional, o poder naval argentino e a política externa.

A manutenção da integridade nacional foi, mais que um fator condicionante, a própria razão de ser da MB. Serviu para estimulá-la nos seus primórdios e para conferir-lhe, logo após a Guerra da Cisplatina (desencadeada sob a motivação da manutenção da integridade nacional, mas já com evidentes conotações de atendimento a interesses externos), um zênite de prestígio. A partir da consolidação da Independência, porém, o envolvimento da MB nas questões internas só concorreu para desgastá-la.

O poder naval argentino, após sua reorganização, depois da Guerra do Paraguai, passou a constituir importante fator condicionante do nosso poder naval, que, só recentemente, com a consolidação do espírito de cooperação regional, começa a perder relevância.

A política externa brasileira constitui outro fator condicionante da nossa estratégia naval (o próprio poder naval argentino poderia ser enquadrado dentro dela), influenciando-a, entretanto, ao longo da História da MB, de diferentes maneiras, conforme o foco de suas atenções.

Inicialmente, impôs a presença da MB na Bacia do Prata, até que seus objetivos naquela região fossem plenamente

17

alcançados. Presença que dificultou, em face da importância de suas ações, o desenvolvimento oceânico da Marinha, que se mostrou impotente para coibir a ação dos navios ingleses, tanto na questão do tráfico negreiro como na questão Christie.

Depois, já no limiar deste século, a política externa brasileira, visando a apoiar as ações diplomáticas de Rio Branco e embalada, sobretudo, pelos sonhos de grandeza do Chanceler, que via, no poder naval, um meio de projetar internacionalmente o Brasil, levou a MB a constituir um poder naval exuberante, que, se despertou, efetivamente, prestígio internacional, estava, no entanto, muito além da capacidade da MB de mantê-lo e empregá-lo adequadamente.

Posteriormente, após a 2ª GM, dentro do confronto leste-oeste, a política externa levou a MB a dedicar-se às operações de guerra A/S, para proteção do tráfico marítimo no Atlântico Sul, de acordo com a orientação estratégica norte-americana, o que trouxe prejuízos para seu desenvolvimento equilibrado.

Finalmente, ao perceber que o alinhamento sistemático com o EUA não contribuía para o atendimento dos objetivos nacionais a política externa brasileira passou a adotar uma postura independente, estimulando a MB a desenvolver uma estratégia naval própria.

Contudo, a surpreendente evolução dos acontecimentos internacionais provocou um contexto difuso e conturbado, que dificulta a definição de uma política de defesa.

Entretanto, a MB como instrumento militar da diplomacia

brasileira, por excelência, tem o dever de manter-se em condições de atender à convocação da pátria, quando essa vier) como já tantas outras vezes o fez.

18

Assim, tomando por base os cenários de interesse que a conjuntura internacional possibilita identificar, delineamos uma estratégia, eminentemente defensiva, cujos atributos principais são a presença e a dissuasão, mas que, acima de tudo, preserva os elementos potenciais capazes de possibilitar à MB seu pleno desenvolvimento, uma vez superadas as dificuldades, quaisquer que forem os futuros ditames da nossa política externa.

As sugestões apresentadas para o reaparelhamento da MB foram condicionadas pela realidade orçamentária do período considerado, cuja escassez de recursos, provavelmente, não possibilitará o atendimento das necessidades mínimas de meios para cumprir a estratégia sugerida. Isso exige que o preparo dos homens que os irão guarnecer seja conduzido em níveis máximos de excelência, pois a magnitude da tarefa que irão desempenhar é semelhante à dos nossos primeiros marinheiros, que, também com meios escassos, garantiram a integridade nacional, legando-nos um país continental cuja integridade a MB deverá estar pronta a garantir. Essa é a nossa predestinação. Honremo-nos dela!

"Uma nação que confia nos seus direitos, em vez de confiar nos seus marinheiros e soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda."

Spencer Wilkson

ANEXO A

PROGRAMAS NAVAIS MENCIONADOS

1. PROGRAMA ARAÚJO BRUSQUE DE 1864.

a. Navios encouraçados:

- 3 corvetas de 1ª ordem de 860t, com calado máximo de 12 pés; armadas com 4 canhões de calibre 68 e 4 de calibre 70; e

- 3 canhoneiras com calado máximo de 8 pés; armadas com 4 canhões de calibre 68 ou 70.

b. Navios de ferro, propulsão mista, de hélice:

- 15 canhoneiras de 1ª classe, capazes de receber couraça; armadas com canhões de calibre 68; e

- 15 canhoneiras de 2ª classe, capazes de receber couraça; armadas com canhões de calibre 68.

c. Navios de madeira, propulsão mista, de hélice:

- 4 corvetas de baterias cobertas, do porte da Niterói; e

- 6 corvetas de 2ª classe.

2. PROGRAMA AFONSO CELSO DE 1968 (Plano para Organização da Força Naval do Império).

a. Navios de 1ª categoria, de grande velocidade e qualidades próprias para a navegação no oceano:

- 1 fragata-encouraçada;
- 4 corvetas-encouraçadas; e
- 4 corvetas sem couraça.

b. Navios de 2ª categoria, de velocidade média para cruzeiro nas costas e navegação nos grandes rios:

- 6 canhoneiras de 1ª classe encouraçadas; e
- 6 canhoneiras sem couraça.

c. Navios de 3ª categoria, de pequena velocidade e condições especiais de navegação em rios de pequena profundidade e para defesa dos portos:

- 16 canhoneiras-encouraçadas de 2ª classe;
- 8 canhoneiras de 2ª classe sem couraça;
- 16 transportes fluviais, de rodas; e
- baterias flutuantes.

d. Navios de 4ª categoria, para o transporte de tropas e lanchas para o mesmo fim e policiamento dos rios:

- 4 transportes a roda; e
- 36 lanchas à hélice.

3. PROGRAMA JÚLIO DE NORONHA DE 1904.

- 3 encouraçados de 12.500 a 13.000t, armados com 12 canhões de 254mm e 3 tubos de torpedos;

- 3 cruzadores-couraçados de 9.200 a 9.700t, armados com 8 canhões de 254mm, 14 canhões de 76mm e 3 tubos de torpedos;

- 6 contratorpedeiros de 400t;

- 6 torpedeiros de alto-mar de 130t, armados com 2 tubos de torpedos e um canhão de 47mm;

- 6 torpedeiras de porto de 50t;

- 3 submarinos;
- 1 navio-carvoeiro de 9600t; e
- 2 monitores (conclusão da construção dos monitores Pernambuco e Maranhão).

#### 4. PROGRAMA ALEXANDRINO DE ALENCAR DE 1906.

- 1 encouraçado "dreadnought" de 28.000t, armado com 14 canhões de 305mm, 20 de 152mm e 12 de 76mm;
- 2 encouraçados "dreadnought" de 19.500t, armados com 12 canhões de 305mm e 14 de 120mm;
- 3 cruzadores-esclarecedores ("scouts") de 3.150t, armados com 10 canhões de 120mm;
- 10 contratorpedeiros de 560t, armados com 2 canhões de 101,6mm e 2 tubos lança-torpedos;
- 3 submarinos; e
- 2 rebocadores de esquadra.

#### 5. PROGRAMA PROTÓGENES GUIMARÃES DE 1932 (após revisão do Conselho do Almirantado).

- 2 cruzadores de 8.500t, armados de canhões de tiro de superfície de 203mm e 120mm, canhões antiaéreos de 75mm, metralhadoras antiaéreas de 25mm e tubos lança-torpedos;
- 9 contratorpedeiros de 1600t, armados com canhões de superfície de 120mm, canhões antiaéreos de 40mm, metralhadoras antiaéreas de 13,2mm, tubos lança-torpedos e calhas lança-bombas de profundidade;
- 4 submarinos de esquadra de 850 a 900t, armados de canhão de superfície de 101mm, metralhadoras antiaéreas de 25mm e tubos lança-torpedos;
- 2 submarinos mineiros de 700 a 800t, armados de canhão de superfície de 75mm, metralhadoras antiaéreas de 25mm e tubos lança-torpedos;
- 6 navios mineiros-varredores de 600t, armados de canhões de superfície de 120mm e metralhadoras antiaéreas de 13,2mm;
- 3 navios-tanque com capacidade de 6.000t de óleo combustível, armados de canhões de superfície de 120mm e metralhadora antiaéreas de 13,2mm;
- 2 diques flutuantes; e
- 2 cábreas flutuantes.

#### 6. PROGRAMA SILVIO MOTA DE 1963.

- a) Força Aérea Naval:
- 2 navios-aeródromos ligeiros (um dos quais já incorporado) cada um com o seguinte Grupo Aéreo Embarcado:
    - 1 esquadrão misto de aviões anti-submarino e de ataque;
    - 1 navio-oceanográfico (já incorporado);
    - 1 esquadrão de helicópteros anti-submarino;
    - 3 - destacamento de aeronaves de aviso antecipado e outros fins;
      - 1 esquadrão de helicópteros de emprego geral;
      - 1 esquadrão de helicópteros anti-submarino;
- b) Força de Cruzadores e Contratorpedeiros:
- 2 cruzadores ligeiros (já incorporados);

- n) Serv - 20 contratorpedeiros classe Pará ou semelhante (quatro dos quais já incorporados);
- c) Força de Submarinos:
- 6 submarinos classe Riachuelo;
  - 1 navio de socorro submarino (corveta classe Imperial Marinheiro transformada);
- d) Força de Minagem e Varredura:
- 8 navios-mineiros classe Javari (quatro dos quais já incorporados);
  - 6 embarcações de varredura;
- e) Força Anfíbia:
- 2 transportes de tropa (já incorporados);
  - 2 transportes de carga geral (já incorporados);
  - 4 navios de desembarque;
  - 10 embarcações de desembarque;
- f) Trem da Esquadra:
- 1 navio-tanque (equipado para executar reabastecimento no mar);
  - 1 navio-oficina (já incorporado);
  - 1 dique flutuante (já incorporado);
  - 1 rebocador (já incorporado);
- g) Flotilha do Amazonas:
- 2 monitores (já incorporados);
  - 1 navio-tanque (já incorporado);
  - 8 avisos fluviais;
  - 1 navio-oficina;
  - 1 navio-hospital (navio de desembarque de tropa transformado);
  - 3 rebocadores fluviais;
- h) Força Naval do Nordeste:
- 12 contratorpedeiros de escolta classe "Dealey" ou semelhante;
  - 1 dique flutuante (já incorporado);
  - 1 barca oficina (já incorporada);
- i) Flotilha de Mato Grosso:
- 4 avisos fluviais;
  - 2 rebocadores fluviais;
  - 4 embarcações de desembarque de viaturas e pessoal;
- j) Serviço de Patrulha Costeira e Socorro Marítimo:
- 9 corvetas classe Imperial Marinheiro (já incorporadas);
  - 3 rebocadores classe Tritão;
  - 12 navios de patrulha costeira.
- l) Serviço de Hidrografia e Navegação:
- 1 navio-oceanográfico (já incorporado);
  - 3 navios-hidrográficos classe Sirius (já incorporados);
  - 3 navios-hidrográficos classe Argus (já incorporados);
  - 1 navio-faroleiro (já incorporado);
  - 10 navios-balizadores;
- m) Serviço de Transporte:
- 2 navios-tanque (já incorporados);

n) Serviço de Aeronáutica: RAFIA

- 1 esquadrão de aviões de instrução;
- 1. AVILES. - 1 esquadrão de helicópteros de instrução; e
- est. - 1 destacamento de aeronaves para serviços auxiliares. Buenos Aires, 22(34):66-77, dic. 1981.

7. PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO DE 1965 (proposto pelo EMA).

- 20 fragatas anti-submarino; Revista Marítima Brasil
- 40 navios-varredores costeiros; 3:117-126, Jan./mar.
- 6 navios-varredores de águas interiores;
- 6 submarinos;
- 3. RTT - 1 navio-doca; do Senna. As novas corvetas e sua
- 1 navio de desembarque de carros de combate; do Ma
- 50 navios de patrulha costeira; do. 110(7/9):17-28.
- 5 navios de patrulha fluvial;
- 1 navio-hidrográfico;
- 4. RAE - 1 navio-faroleiro; do Naval. EOM-215A. Guia para
- 10 navios-balizadores; de J. de Janeiro.
- 1 navio-tanque;
- 2 rebocadores de alto mar;
- 5. - 1 navio de salvamento de submarino; e de J. de Janeiro.
- 1 navio de salvamento. do. 1981.

8. PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO DE 1967 (aprovado pelo Presidente da República).

- 10 fragatas anti-submarino;
- 7. RAE - 12 navios-varredores costeiros; do. Geral da Marinha.
- 4 submarinos; do. Rio de Janeiro, 1965.
- 1 navio-doca;
- 4 contratorpedeiros;
- 8. - 10 navios de patrulha costeira; do. Sub
- 5 navios de patrulha fluvial; do. do Brasil. Rio de
- 1 navio-faroleiro; do. 1950. v.9.
- 4 navios balizadores;
- 9. - 1 navio-tanque; do. documentação Geral da Marinha. Sub
- 1 rebocador de alto mar; do. Marítima do Brasil. Rio de
- 1 navio de salvamento submarino; do. 17.
- 6 lanchas patrulha; e
- 10. RAE - 6 lanchas hidrográficas do. Armada. Ordem-do-Dia nº 045

Observação: os dados dos diversos programas foram retirados dos livros listados na Bibliografia com os números 8, 12, 13, 42 e 51. João Carlos Gonçalves. Delimitações de sa-

12. CAMINHA. Henrique Marques Caminha. Organização adminis-  
trativa do Ministério da Marinha no Império. Rio  
de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha,  
1966. 478 p.

13. Organização administrativa do Ministério da Ma-  
rinha na República. Rio de Janeiro, Serviço de Docu-  
mentação Geral da Marinha, 1987. 2v.

14. FORRESTA. Luiz Felipe de Seixas. As relações interna-

## BIBLIOGRAFIA

1. AVILES, Eduardo Luis. Ideas para la concepción de una estrategia naval. Revista de la Escuela de Guerra Naval, Buenos Aires, 22(34):55-77, dic. 1991.
2. BARATA, Antão Álvares. Fatores que influenciaram a formação e a evolução da MB. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 59(1/3):117-126, jan./mar. 1959.
3. BITTENCOURT, Armando Senna. As novas corvetas e sua contribuição para o futuro da Marinha. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 110(7/9):17-28, jul./out. 1990.
4. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215A. Guia para elaboração de teses e monografias. Rio de Janeiro. 1981.
5. ———. FI-219. Guia para elaboração de referências bibliográficas. Rio de Janeiro, 1981.
6. ———. FI. Manual básico de redação. Guia para elaboração de ensaios. Rio de Janeiro, 1981.
7. BRASIL. Serviço de Documentação Geral da Marinha. História Naval Brasileira. Rio de Janeiro, 1985. v.5, t.2.
8. ———. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1950. v.9.
9. ———. Serviço de Documentação Geral da Marinha. Subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1958. v.17.
10. BRASIL. Estado-Maior da Armada. Ordem-do-Dia nº 045 de 06 de dezembro de 1960. Incorporação do NAEI Minas Gerais.
11. CAMINHA, João Carlos Gonçalves. Delineamentos de estratégia. s.l., s.ed., 1980. 580 p.
12. CAMINHA, Henrick Marques Caminha. Organização administrativa do Ministério da Marinha no Império. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986. 479 p.
13. ———. Organização administrativa do Ministério da Marinha na República. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1987. 2v.
14. CORREIA, Luiz Felipe de Seixas. As relações interna-

27. Condições do Brasil em direção ao ano 2000. In: FONSECA JUNIOR, Gelson, org., Temas de política externa brasileira. Brasília, Editora Ática, 1989. 290 p.
15. COSTA FILHO, Jayme Leal. Das RPD às RCS: a evolução dos navios porta-aeronaves V/STOL. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 111(7/12):17-22, jul./dez. 1991.
16. DIEGUES, Fernando Manoel Fontes. A estratégia naval da independência. Idéias para uma concepção atual. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 111(7-12):129-145, jul./dez. 1991.
17. FLORES, Mário Cesar. As atividades subsidiárias da Marinha. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 79(7/9):11-20, jul./set. 1979.
18. ———. Mobilidade estratégica marítima e projeção de poder. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 103(7-9):57-73, jul./set. 1983.
19. ———. Poder naval - fundamentos instáveis e rumos incertos. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 100(10-12):58-72, out./dez. 1980.
20. ———, coord. Panorama do poder marítimo brasileiro. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1972. 634 p.
21. FONSECA JUNIOR, Gelson. Estudos sobre política externa no Brasil: os tempos recentes. In: ———, org., Temas de política externa brasileira. Brasília, Editora Ática, 1989. 290 p.
22. FRAGUIO, Carlos J. et alli. Reflexión político estratégica mundial hasta el año 2000 de interés para la Argentina. Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1990. 276 p.
23. FRIEDMAN, Norman. US naval strategy. London, Jane's Publishing Company Ltda, 1980. 240p.
24. ———. World navies in 1992. Proceedings, Annapolis, 118(3):104-136, Mar. 1992.
25. GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial. Rio de Janeiro, CAPEMI Editora e Gráfica Ltda, 1982. 184 p.
26. GAMBOA, Carlos Afonso Pierantoni. As estratégias navais clássicas. Rio de Janeiro, EGN, 1990. Ensaio apresentado no Curso de Política e Estratégia Marítimas.
41. PINTO, Paulo Lafayette. O emprego do Poder Naval em

27. GEORGE, James L. Los problemas del poder marítimo en tanto nos acercamos al siglo XXI. Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1980. 423 p.
28. HILL, J. R. Maritime strategy for medium powers. Annapolis, Naval Institute Press, 1986. 247 p.
29. MAIA, Jorge do Paço Mattoso. Palestra do Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro da Marinha sobre as atividades da Marinha Brasileira no quinquênio 1955-1960. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 61(1/3):147-151, jan./mar. 1961.
30. MAIA, Prado. A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império. Brasília, Editora Cátedra, 1975. 340 p.
31. MARTIN, L. W. The sea in modern strategy. Washington, Frederick A. Praeger Publishers, 1987. 185 p.
32. CUNHA, Leopoldo Tavares da, Senador. Depoimento sobre a Marinha. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 58(4/6):143-151, abr./jun. 1958.
33. MOINVILLE, Hubert. Naval warfare today and tomorrow. London, Basil Blackwell Publisher Limited, 1983. 135 p.
34. MONTEIRO, Renato de Miranda. A evolução do Poder Naval brasileiro no século XX. Palestra proferida na abertura dos cursos da EGN em 01 mar. 1991.
35. MORAES, José Narciso de Magalhães Carvalho. A política nacional e a política de poder naval no Brasil. s.n.t.
36. MOREIRA, Hilton Berutti. O Brasil e suas responsabilidades no Atlântico Sul. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 72(10/12):17-35, out./dez. 1972.
37. NELSON, William H. Peacekeepers at risk. Proceedings, Annapolis, 113(7):90-96, July. 1987.
38. NOTICIÁRIO marítimo. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 79(4/6):117-129, abr./jun. 1979.
39. ———. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 104(7/9):113-125, jul./set. 1984.
40. OLIVEIRA, Euclides Quandt. Renovação dos meios flutuantes. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 69(1/3):48-57, jan./mar. 1969.
41. PINTO, Paulo Lafayette. O emprego do Poder Naval em

- tempo de paz. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1987. 187 p.
42. PINTO, Paulo Lafayette. A marinha e a construção de navios de guerra no Brasil. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 74(4/6):19-41, abr./jun. 1974.
  43. ROSA, Ralph Rabelo de Vasconcellos. A estratégia naval brasileira. Rio de Janeiro, EGN, 1991. Monografia apresentada no Curso de Política e Estratégia Marítimas.
  44. SCHEINA, Robert L. Latin America it's changing too. Proceedings, Annapolis, 118(3):64-67, Mar. 1992.
  45. ——. Acoraçados Latinoamericanos. Revista de Publicaciones Navales, Buenos Aires, 612(1/3):135-147, ene./mar. 1980.
  46. SOARES, Álvaro Teixeira. A Marinha e a política externa do Segundo Reinado. Navigator, Rio de Janeiro, (14):3-28, jun. 1978.
  47. SOUZA, Otávio Tarquino. José Bonifácio. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974. 288 p.
  48. TILL, Geoffrey. The future of british sea power. London, The MacMillan Press Ltda, 1984. 259 p.
  49. ——. Maritime strategy and the nuclear age. London, The MacMillan Press Ltda, 1982. 274 p.
  50. VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. O emprego político do Poder Naval. s.n.t.
  51. ——. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1985. 151 p.
  52. ——. A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 103(7/9):31-41, jul./set. 1983.
  53. ——. A indústria naval militar no Brasil através dos tempos. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro 100(10/12):19-55, out./dez. 1980.
  54. ——. Conflito no Atlântico Sul. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, 105(4/6):7-35, abr./jun. 1985.
  55. WEEKS, Stan. Crafting a new maritime strategy. Proceedings, Annapolis, 118(1):30-37, Jan. 1992.



00188690004807  
 A Estratégia naval brasileira  
 6-E-3



00188690004807  
 A Estratégia naval brasileira  
 6-E-3



00188690004807  
 A Estratégia naval brasileira  
 6-E-3

	emb (R) emb





00188690004807

A Estratégia naval brasileira

6-E-3

04 ABO

2002

CM6 (R) 10mb

---

MARINHA DO BRASIL

EGN 03/18/2010 12:27:46

Recibo de Emprestimo

Usuario

85997722 Jos<sup>o</sup> Em<sup>l</sup>lio de Oliveira  
Rodrigues

Descricao do(s) Exemplar(es)

100.335 Estrat<sup>o</sup>gia naval  
brasileira, A / 1992

Num. Cham.: 6-E-3

Tipo de Emprestimo normal

Data Dev. Prevista 02/04/2010

Atendente : servio